

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E ESTRATIFICAÇÃO NUMA PERSPECTIVA DE INTERVENÇÃO EM COMUNIDADES RURAIS

THEREZINHA DE LOURDES CUNHA

Orientadora: MARIA IGNEZ GUERRA MOLINA

Dissertação apresentada à Escola Superior de
Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade
de São Paulo, para obtenção do título de
Mestre em Sociologia Rural.

PIRACICABA

Estado de São Paulo - Brasil

Março, 1978

À memória de meu pai,
à minha mãe e irmãos

D E D I C O

AGRADECIMENTOS

A autora agradece às pessoas e instituições que, direta ou indiretamente, colaboraram para a execução deste trabalho, sobretudo às relacionadas abaixo.

- À Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais - EMATER MG - que propiciou a oportunidade e as condições necessárias para a realização do curso.
- Ao Departamento de Economia e Sociologia Rural da E.S.A. "Luiz de Queiroz" - ESALQ/USP - pela acolhida e apoio recebidos.
- À Fundação Ford pela divulgação desse trabalho.
- À Dra. Maria Ignez Guerra Molina, orientadora desse trabalho, pelas observações, críticas e sugestões, além de apoio, compreensão e estímulos para concretizá-lo.
- Ao Dr. David Oliver Hansen pelos valiosos comentários, críticas e sugestões durante a elaboração e leitura dos originais.
- À Dra. Maria de Lourdes T.B. Wiendl pela contribuição e efetiva na leitura dos originais.
- Ao Dr. José Molina Filho pelos comentários e diálogo na fase de elaboração.
- Aos Professores Dr. José Albertino Rosário Rodrigues e Dr. José Ferreira Noronha pelas orientações recebidas durante o curso.
- Ao Eng. Florestal Valter João Diehl pela programação e processamento dos dados.
- À Srta. Elenice Cazalata, Bibliotecária do Departamento de Economia e Sociologia Rural pela solicitude no atendimento durante o curso.

- Ao Sr. Francisco Lima Santana e autoridades de Caratinga, pela cobertura e apoio recebidos na coleta de dados.
- Às famílias rurais de Santa Rita que prestaram as informações.
- Às Srtas. Nice Helena de Rezende e Maria do Carmo Neves Herdy, técnicas da EMATER MG pela colaboração na coleta de dados.
- À Sra. Margareth P. Wagner pela versão do resumo para o inglês.
- À Célia Regina Begiato e Elcio Nogueira de Camargo pelos serviços de datilografia.
- Ao Sr. Lázaro Martins e Pedro Scárdua pela impressão desse trabalho.
- À Cloris Alessi pelo dedicado trabalho de organização da Bibliografia citada.

Í N D I C E

	Página
1. RESUMO.....	1
2. INTRODUÇÃO.....	4
2.1. O Problema e sua importância.....	4
2.2. Objetivos do estudo.....	9
3. ORIENTAÇÃO TEÓRICA E HIPÓTESES DA PESQUISA.....	11
3.1. Conceito de participação social.....	11
3.2. Esquema conceitual.....	23
3.3. Operacionalização do esquema conceitual...	27
3.4. Hipóteses da pesquisa.....	30
4. METODOLOGIA.....	33
4.1. Definição nominal e operacional das variáveis do estudo.....	33
4.1.1. Variáveis dependentes.....	33
4.1.2. Variáveis independentes.....	37
4.2. Procedimento.....	44
4.2.1. Seleção do município e suas características gerais.....	44
4.2.1.1. Características gerais do município.....	46
4.2.1.2. Seleção e descrição da área de estudo.....	48
4.2.1.3. População do estudo.....	49
4.2.2. Amostra.....	54
4.2.3. Coleta de dados.....	55
4.2.4. Organização e tratamento dos dados.	56

5. ANÁLISE DOS DADOS E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS.	59
5.1. Tipos de Participação Social e Estratificação Social.....	59
5.1.1. Controle da Terra.....	59
5.1.2. Renda Anual Familiar em Dinheiro.....	62
5.1.3. Grau de Participação no Mercado.....	63
5.1.4. Grau de Especialização da Unidade produtiva.....	65
5.1.5. Interpretação do Índice Geral de Estratificação Social.....	67
5.2. Grau de Participação Social e Estratificação Social.....	70
5.2.1. Controle da Terra.....	71
5.2.2. Renda Anual Familiar em Dinheiro.....	72
5.2.3. Grau de Participação no Mercado.....	73
5.2.4. Grau de Especialização.....	74
5.2.5. Interpretação do Índice Geral de Estratificação Social.....	75
5.3. Tipos e Grau de Participação Social segundo as categorias sociais por:.....	77
5.3.1. Idade.....	77
5.3.2. Sexo.....	61
5.3.3. Nível de Escolaridade.....	83
6. CONCLUSÕES E SUGESTÕES.....	87
6.1. Conclusões e sugestões.....	87
SUMMARY	91
BIBLIOGRAFIA.....	93
APENDICES.....	99

LISTA DE TABELAS

TABELA	PÁGINA
01 - Tipos de participação social e controle da terra	60
02 - Tipos de participação social e renda anual familiar em dinheiro	62
03 - Tipos de participação social e grau de participação no mercado	63
04 - Tipos de participação social e grau de especialização da unidade produtiva	66
05 - Tipos de participação social e estratificação social	68
06 - Grau de participação social e controle da terra	72
07 - Grau de participação social e renda anual familiar	73
08 - Grau de participação social e grau de participação no mercado	73
09 - Grau de participação social e grau de especialização da unidade produtiva	75
10 - Grau de participação social e estratificação social	76
11 - Tipos de participação social e idade	78
12 - Grau de participação social e idade	80
13 - Tipos de participação social e sexo	81
14 - Grau de participação social e sexo	82
15 - Tipos de participação social e escolaridade	86
16 - Grau de participação social e escolaridade	86

TABELA	PÁGINA
17 - Frequências observadas e esperadas na relação entre tipos de participação social e controle da terra	99
18 - Frequências observadas e esperadas entre tipos de participação social - dados agrupados - e controle da terra	99
19 - Frequências observadas e esperadas entre tipos de participação social e renda anual familiar em dinheiro	100
20 - Frequências observadas e esperadas entre tipos de participação social - dados agrupados - e renda anual familiar em dinheiro	100
21 - Frequências observadas e esperadas entre tipos de participação social e grau de participação no mercado	101
22 - Frequências observadas e esperadas entre tipos de participação social - dados agrupados - e grau de participação no mercado	101
23 - Frequências observadas e esperadas entre tipos de participação social e grau de especialização da unidade produtiva	102
24 - Frequências observadas e esperadas entre tipos de participação social - dados agrupados - e grau de especialização da unidade produtiva ..	102
25 - Frequências observadas e esperadas entre tipos de participação social e estratificação social	103
26 - Frequências observadas e esperadas entre tipos de participação social - dados agrupados - e estratificação social	103

TABELA	PÁGINA
27 - Relação entre grau de participação social e controle da terra	105
28 - Frequências observadas e esperadas entre grau de participação social e renda anual familiar em dinheiro	105
29 - Frequências observadas e esperadas entre grau de participação social e grau de participação no mercado	106
30 - Frequências observadas e esperadas entre grau de participação social e grau de especialização da unidade produtiva	106
31 - Relação entre grau de participação social e estratificação social	107
32 - Frequências observadas e esperadas entre tipos de participação social e idade	109
33 - Frequências observadas e esperadas entre grau de participação e idade	109
34 - Frequências observadas e esperadas entre tipos de participação social e sexo	110
35 - Frequências observadas e esperadas entre grau de participação social e sexo	110
36 - Frequências observadas e esperadas entre grau de participação social e escolaridade	111
37 - Frequências observadas e esperadas entre tipos de participação social e escolaridade ..	111

LISTA DE QUADROS

QUADRO	PÁGINA
01 - Tipologia de participação social	19
02 - Distribuição imobiliária do município de Caratinga, Minas Gerais	45
03 - Posse e uso da terra, Caratinga, Minas Gerais	45
04 - Relação dos distritos, distância da sede, população rural e urbana, número de propriedades e famílias, selecionadas para o programa de trabalho da EMATER - MG	50
05 - Distribuição das propriedades segundo o estrato de área em hectares de alguns distritos de Caratinga, Minas Gerais, em número absoluto e relativo, em janeiro de 1976	51
06 - Posse e uso da terra segundo os distritos considerados na seleção da área de estudo em número absoluto e relativo	52

APÊNDICE

PÁGINA

01 - Tabelas de frequências observadas e esperadas referentes aos testes χ^2 na verificação das associações entre tipos de participação social e estratificação social	98
02 - Tabelas de frequências observadas e esperadas referentes aos testes χ^2 na verificação das associações entre grau de participação social e estratificação social	104
03 - Tabelas de frequências observadas e esperadas referentes aos testes χ^2 , aplicados para verificar as associações entre participação social e idade, sexo e nível de escolaridade	108
04 - Questionário	112

1. RESUMO

Partindo da proposição de que o sucesso dos programas de desenvolvimento rural depende da participação da sua população e que essa preocupação está expressa nas políticas governamentais, esse estudo procurou compreender os comportamentos de participação social, tendo em vista a intervenção nas comunidades rurais.

Focaliza a participação social em duas dimensões: tipo e grau no sistema social rural. Foi realizado no distrito de Santa Rita, em Caratinga, Minas Gerais, que possui características comuns às comunidades rurais típicas do Estado.

Verificou a participação social em função da estratificação social das unidades familiares, abrangendo to

das categorias sociais que compõe o sistema: proprietários grandes, médios e pequenos, arrendatários, parceiros, empregados permanentes e temporários. Tomou como referências um conjunto de variáveis sócio-econômicas, selecionadas pela importância no sistema social rural, na perspectiva de seu desenvolvimento.

Procurou também verificar se idade, sexo e nível de escolaridade afetam a participação social, modificando seu tipo e grau.

Para verificação das associações estabelecidas buscaram-se dados primários, tendo sido entrevistadas 70 unidades familiares e 172 indivíduos, vinculados as mesmas. Utilizaram-se os dados da unidade familiar nas associações referentes à estratificação social, tomando-se o chefe como representativo em termos de participação social.

A variável dependente foi medida pela aplicação de uma tipologia de participação social, recorrendo-se à técnica painel de juizes para classificar os tipos de participação identificados; o grau foi calculado com base na frequência a reuniões ou atividades em grupos.

As variáveis independentes: controle da terra, renda anual familiar em dinheiro, grau de participação no mercado e nível de especialização da unidade produtiva foram associadas individualmente ao tipo e grau de participação social e em conjunto pelo somatório dos índices obtidos em cada uma das variáveis. As associações realizadas apli-

cou-se o teste X^2 , teste C e teste \emptyset . O nível de significância de 0,05% foi tomado como limite para rejeição das hipóteses de nulidade.

2. INTRODUÇÃO

2.1. O Problema e sua importância

Considerando que o fim último do desenvolvimento é o bem estar da população nele envolvida é necessário que parcelas cada vez maiores da população se integrem no processo, participando efetivamente da criação de novas riquezas e dos benefícios por elas gerados. Esse argumento, presente nas políticas e programas dirigidos ao setor agrícola, reflete o reconhecimento desse setor como suporte ao desenvolvimento global, seja como produtor de matéria prima e alimentos, seja como consumidor de produtos industrializados.

A interdependência dos setores agrícolas e não agrícola foi amplamente explorada por MILLER PAIVA (1968: 8 - 11), que analisa a expansão da melhoria técnica na agricultura, inter-relacionando duas características básicas: preços dos produtos agrícolas e preços dos fatores tradicionais (terra e mão-de-obra), os quais interagem, funcionando como um mecanismo de autocontrole na produção. O autocontrole se efetiva pelo mecanismo automático de preços no mercado e contri-

bútu para o desenvolvimento e expansão de nova tecnologia.

A mudança técnica não se relaciona apenas aos preços de produtos e fatores (mão-de-obra e terra), na opinião do autor, mas também a fatores de ordem cultural e social que implicam em mudanças nos processos de trabalho, relações sociais, e condições de vida. Para que os agricultores menos progressistas se sintam estimulados, refere que não basta a perspectiva de lucro. Para romper a inércia, as técnicas modernas, devem ser condizentes com os hábitos de trabalho, costumes e condições de vida. Do ponto de vista econômico o setor agrícola não pode se desenvolver independentemente.

Do ponto de vista sociológico, é preciso reconhecer as implicações entre o rural e o urbano, como setores interdependentes e interrelacionados da sociedade global. Usando a expressão de QUEIROZ (1976:163) "o meio rural não pode nunca ser estudado em si mesmo, mas deve ser encarado como parte de um conjunto social mais amplo, do qual faz parte juntamente com a cidade". Resumindo, não se pode compreender um sem o outro.

A complexidade da dinâmica da vida rural exige esforço para compreendê-la dentro de suas peculiaridades, que se distinguem da vida urbana, com a qual mantém relações constantes. As desigualdades que configuram nosso meio rural, não se limitam a características físicas e climáticas, mas também sócio-culturais que precisam ser analisadas e interpretadas, sobretudo quanto à composição e dinâmica do sistema social rural em suas relações internas e externas. A dis

tribuição da posse e uso da terra, e as formas de produção, mostram-nos um quadro onde há diversas categorias sociais que participam em graus variáveis do processo produtivo e algumas que estão ainda marginalizadas do mesmo.

Para integrar ou envolver regiões ou segmentos da população, representados pelas várias categorias no processo de desenvolvimento, estabeleceram-se políticas e programas, apoiados pela pesquisa, assistência técnica e extensão rural, visando o incremento da produção e da produtividade, através da introdução de novas tecnologias, pressupondo-se como solução para o problema, a modernização do setor agrícola. Entidades públicas e privadas, executando suas atividades, buscam caminhos alternativos para os problemas considerados prioritários ao desenvolvimento, em planejamentos setoriais e regionais.

A assistência técnica e extensão rural, responsáveis pela mudança comportamental dos produtores, cumprindo sua função básica de difundir tecnologia agropecuária e gerencial, defrontam-se com um público (clientela) heterogêneo, para o qual devem ajustar e comunicar a tecnologia gerada pela pesquisa. As condições em que vive o produtor e sua família, seus níveis de conhecimentos, seus padrões de comportamento, são fatores que precisam ser ponderados na difusão de novas técnicas. A inovação, portanto, deve ser enquadrada à situação dos produtores, dentro de seu sistema social, o que implica na formulação de estratégias de ação para intervir, precedida de maior conhecimento da realidade. A

escolha de alternativas para ação junto a um público diferenciado, não se prende exclusivamente ao conhecimento de técnicas e princípios pedagógicos. O conhecimento sociológico muito tem a oferecer para uma maior adequação dos programas e estabelecimento de estratégias no processo de intervenção na realidade.

O problema da intervenção, apesar de bastante questionado, ainda é pouco estudado no Brasil. A sua abordagem em base científica deve ser estimulada, objetivando maior eficiência e eficácia dos programas de assistência ao meio rural.

As questões levantadas em relação aos obstáculos e barreiras às mudanças planejadas, quanto à resistência e inércia dos produtores, tem sido explicadas por pesquisadores da área de difusão pelos costumes arraigados, cultura e tradição. Existem contribuições valiosas para explicar a adoção ou não de determinadas técnicas e atitudes dos produtores ROGERS (1964) e ROGERS E SHOEMAKER (1971), expoentes dessa linha na sociologia rural americana, e seus seguidores em vários países, contam com numerosos trabalhos nesse sentido. O próprio ROGERS (1976) revendo posições anteriores, chama a atenção para a necessidade de novos focos de pesquisa reconsiderando o conceito de desenvolvimento. O problema transcultural levantado por vários pesquisadores abre novas perspectivas para o papel da comunicação, ao rejeitar os modelos clássicos, propondo a elaboração de modelos apropriados a cada cultura: BELTRANS (1976), BORDENAVE (1976), RÜLLIN et alii

(1976).

A inquietação de pesquisadores, políticos, e dirigentes volta-se para problemas de comunicação, marginalidade de população, envolvimento e participação no processo de desenvolvimento. Resultante dessas preocupações, surgiram no Brasil vários programas especiais para atender tanto especificidades regionais, quanto problemas específicos como: POLONORDESTE, PRONAN, PROTERRA, e Promoção de agricultores de Baixa Renda, entre outros. Esses programas são orientados para integrar regiões e camadas da população na nova dinâmica do país. Resta, contudo, o problema do envolvimento dessas populações nas atividades e sua participação efetiva no processo. Dada a importância que assume o problema da participação da população rural e destacadamente da camada ligada à agricultura de subsistência, no processo de desenvolvimento, acredita-se que tomando essa participação como foco de análise possa-se oferecer subsídios teóricos e práticos aos interessados no problema. Há carência de estudos que permitam conhecer os padrões de comportamento de participação no meio rural.

BECKFORD (1971:5), na questão do desenvolvimento, recomenda que "precisamos desenvolver uma tipologia da agricultura subdesenvolvida, refletindo os arranjos institucionais, em situações particulares, para depois desenvolver modelos apropriados para cada tipo identificado". Tal afirmação reforça o interesse desse estudo, se considerar que a participação constitui um reflexo das instituições e seus ar

ranjos, traduzidos no comportamento dos indivíduos e grupos.

A participação social será encarada quanto a sua manifestação em um dado sistema social, considerando os diferentes estratos sociais, segundo o seu envolvimento no processo participativo. Sendo esse o ponto central, procurar-se-á compreender por que determinados grupos ou indivíduos participam mais que outros e por que alguns continuam marginalizados ao processo participativo.

Em decorrência da situação exposta, questiona-se o porque da diferenciação e da variação da intensidade da participação social especulando se:

- . a participação social varia de um estrato para outro ?
- . existem diferenças marcantes entre eles ?
- . que tipos de participação predominam no meio rural brasileiro, destacadamente onde predomina a agricultura de subsistência ?

Tais indagações entre outras precisam ser respondidas pela pesquisa, tendo em vista sua relevância para um maior conhecimento da realidade social do sistema social rural.

2.2. Objetivos do estudo

Considerando as colocações anteriores, esse estudo terá os seguintes objetivos:

1. Gerais:

1.1. Caracterizar os padrões de comportamento de participação social da população rural.

1.2. Analisar a associação existente entre participação social e estratificação social num sistema social rural.

2. Específicos:

2.1. Associar diferentes tipos de participação social e certas características individuais: sexo, idade, grau de escolaridade, verificando se esses fatores influem na participação social, do indivíduo.

2.2. Verificar se o grau de participação social varia conforme a posição social do indivíduo e da unidade familiar, distribuídos nos diferentes estratos sociais, e em relação as características: sexo, idade, e grau de escolaridade.

2.3. Oferecer subsídios e sugestões às agências de desenvolvimento rural, no tocante à adequação de programas, seleção de métodos e técnicas no processo de intervenção.

3. ORIENTAÇÃO TEÓRICA E HIPÓTESES DA PESQUISA

3.1. Conceito de participação social.

A participação social tem sido objeto de preocupação de pesquisadores voltados para problemas de estratificação social e desenvolvimento rural. Nessas perspectivas é tomada como um dos possíveis fatores explicativos da diferenciação social e da integração ou não, de indivíduos ou grupos sociais na sociedade.

Apesar do crescente interesse pelo assunto, destacadamente na sociedade moderna, baseada na planificação do desenvolvimento supondo o processo participativo, a literatura neste campo ainda é limitada. Em relação ao meio rural, a situação é bem mais crítica. BERTRAND (1973:171) refere que há alguns anos, os sociólogos rurais pesquisaram facetas distintas da participação do povo rural, incentivados por profissionais do Serviço de Extensão Rural. Surgiram vários estudos apresentando resultados de investigações, mas

poucos foram publicados. Os trabalhos foram realizados na sociedade americana oferecendo ao pesquisador brasileiro dupla dificuldade: acesso, e adaptação dos mesmos a sociedade brasileira, cujas características são bem distintas daquela.

O foco das análises existentes vincula-se ao problema de envolvimento da população, principalmente das camadas mais baixas da sociedade, em programas de desenvolvimento comunitário.

Uma das dificuldades é sua conceituação, dada a complexidade resultante da variedade de elementos que comporta na própria dinâmica e nos diversificados aspectos que envolve na realidade social. MOORE (1971:12-14) fala do novo significado da participação social nos países latinoamericanos, suscitado pelas tendências e necessidades de mudanças estruturais. Considera-a como uma força dinâmica que pode ampliar a capacidade do sistema de ação. Refere-se ao método de Desenvolvimento de Comunidade "como um valioso instrumento na mobilização das unidades sociais a fim de assegurar a crescente participação na ação". Pressupondo que as coletividades se distribuem em diferentes estratos sociais, com graus distintos de coesão e organização define a participação como: "a capacidade dos membros dos grupos e coletividades para obter das elites e grupos dominantes reações que satisfaçam as necessidades e aspirações dos membros das coletividades na base da sociedade". Observa que a participação do indivíduo no sistema social depende da sua afiliação

em unidades sociais das quais compartilham com outros indivíduos, buscando atingir determinadas metas. Encarada, dessa forma, supõe a existência de uma estrutura de oportunidades que a viabiliza, representada concretamente pelas associações. Quando essa estrutura é limitada, o instrumento para promovê-la é a mobilização, entendida pelo autor como o processo orientado de mudança social.

Assim, para que a participação se efetive outros processos correlatos fazem-se necessários: mobilização, motivação e organização que por sua vez emanam de um processo educativo mais amplo. A mobilização coloca-se em primeiro plano, já que é precursora da participação na perspectiva da intervenção do sistema social.

A participação social foi explorada por REIS (1971 :17 e 141) como uma das dimensões da integração do operário rural na sociedade industrial. Uma de suas conclusões foi que essa é a única dimensão diretamente relacionada com os níveis de integração rural e urbana. Argumenta que "esse fato se prende a forma pela qual o homem incorpora psicologicamente e culturalmente as exigências de ação colocadas pelo meio em que vive", e que a participação social situada na base da integração tem "seu fundamento na composição original dos fenômenos sociais como consequência imediata da relação existente entre os homens e os grupos, e ainda desses com a natureza e a realidade histórica... Na sociedade primitiva, os níveis de participação são determinados por restrições de

costumes e tradição, e nas sociedades modernas estratificadas, ao lado desses, coincidem com as diferenças de classes e castas". Tomando esses elementos define a participação como "atitude de relação do homem com a realidade social expressa factualmente".

As considerações e conclusões dessa autora mostram que a participação é fundamental para integrar o indivíduo ao seu meio, mesmo havendo deslocamento de um sistema para outro. Os condicionamentos da participação vinculam-se às características e dinâmicas do sistema a que pertence o indivíduo. Seu trabalho reafirma o interesse e a relevância deste estudo: analisar a participação, associando-a aos diferentes estratos sociais de um dado sistema social.

RIOS (1976:167), analisando o papel desempenhado pelas cooperativas do nordeste brasileiro, constatou que a participação na cooperativa varia com o "status" do associado (definido por ele em relação à situação de classe) e que o cooperativismo rural tem sido mais instrumento de controle do que de mudança social. Verificou a participação social em função dos estratos sociais que compunham o quadro de filiados utilizando-se da tipologia proposta por MEISTER (1969). Complementando esta tipologia tomou o conceito proposto por STAVENHAGEN (1970:85) "participação social é qualquer tipo de atividade organizada mediante a qual determinado grupo social de baixo "status" expressa suas necessidades ou demandas, defende seus interesses comuns e intenta con

seguir certos objetivos econômicos, sociais ou políticos, ou pressionar ou influir sobre as autoridades públicas seja de maneira direta ou indireta”.

Essa definição aproxima-se daquela proposta por MOORE (1971), supondo a presença de componentes ideológicos representados pelas motivações que impulsionam os participantes no curso da ação social.

Os conceitos apresentados até aqui revelam-se de um caráter político cuja direção conduziria a transformações radicais no sistema. Pretende-se neste trabalho buscar na realidade social os elementos objetivos para conceituar e tratar o fenômeno. Procurar-se-á voltar a atenção para a participação social como tal, emanado do sistema colocando-a a descoberto para verificar sua manifestação concreta, suas implicações de ordem política, social, cultural e econômica.

Outra perspectiva é a de MEDINA (1976), que analisa a participação social, sob a ótica do trabalho social, tomando como referência a relação agente-cliente. Ressalta de um lado a necessidade de buscar o conhecimento indispensável para eliminar a hierarquia de posições entre os componentes da relação, e por outro o problema de como efetuar o processo mesmo de participar e fazer decidir por parte da população alvo da ação.

Sua concepção, presume a participação como o envolvimento da população na ação social, onde o cliente toma parte ativa no processo, passando da reflexão sobre a realidi

dade à tomada de decisão e ação, tendo analisado criticamente sua situação e a direção das ações. Interpretando desse modo a participação, deduz-se da presença de um maior conhecimento da realidade social, na busca de soluções alternativas para efetivar a ação concreta, envolvendo os membros do sistema social.

Em suas considerações, observa-se a importância da participação e a necessidade de ampliar as oportunidades das várias camadas sociais, vistas na perspectiva da sociedade. Discutindo documentos de órgãos internacionais como o Banco Mundial e Organização Panamericana de Saúde, destaca MEDINA (1976:92) que "a política social exprime que o processo de participação é um processo global que deve abarcar todas as ações da sociedade".

Essa colocação aproxima-se do interesse desse estudo, ressaltando-se todavia, que a atenção será dirigida a um setor específico da sociedade, o rural, cujas peculiaridades reclamam por uma maior compreensão. Pressupõe-se também que o conhecimento dos padrões de comportamento de participação social poderá contribuir para equacionar os dois problemas levantados pelo autor: hierarquia na relação agente-cliente e como fazer a população participar e decidir. Na abordagem de AMNANN (1977) tem-se uma visão micro e macro-estrutural da participação social, no contexto das relações sociais, à luz da teoria da ação social de TOURAINE. Considera as condições necessárias para efetivar o processo par-

participativo em dois níveis, o individual e o societal. A nível de indivíduo os requisitos seriam a informação, a motivação e a educação; e a nível societal: a historicidade, a institucionalização (Política) e a organização social. Esses requisitos representam não apenas as chances, motivos e preparação do indivíduo, mas sobretudo as estruturas de oportunidades que são distribuídas e utilizadas de forma desigual segundo a posição que o indivíduo ou grupo ocupa na hierarquia da sociedade.

Concebe a participação social como um processo resultante fundamentalmente da ação dos atores em 3 níveis diferenciados: na produção de bens e serviços, na gestão da sociedade e no usufruto dos bens e serviços produzidos e geridos nessa sociedade. Para os propósitos de seu estudo, definiu a participação social como "o processo, mediante o qual os membros de uma sociedade tomam parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens dessa mesma sociedade". AMNANN (1977:53).

Considera duas formas de participação direta e indireta. A forma indireta, ocorre mediante o associacionismo, entendida como uma hipótese condicional, de viabilização da participação, sendo inclusive essa forma dispensável, quando for possível a participação direta.

Esse enfoque difere do presente estudo no tocante a abordagem e dimensões do fenômeno. O Associacionismo aqui não se limita as associações formalizadas e estrutura-

das, mas abrange toda sorte de interação social dentro de uma classificação geral das associações humanas formais e informais em suas dimensões fundamentais, ou seja, a natureza do grupo, sua origem, modo de recrutamento e a função social que preenche para os membros e o sistema social. Por outro lado, a realidade social objetivada nesta investigação difere também quanto ao contexto analisado. As diferentes categorias sociais que se apresentam no meio rural são consideradas no bojo das relações sociais.

MEISTER (1969, 1972), propõe uma tipologia da participação social com amplas possibilidades analíticas que permite contornar o problema das mencionadas dicotomias-traditional e moderno, atrasado e avançado-quando classifica os tipos comuns de participação existentes em um continuum. Nos vários estágios de desenvolvimento da sociedade distingue sua coexistência ou concomitância num sistema em transição. A mesclagem da participação pode ser apreendida, segundo os tipos identificados para as diferentes categorias sociais e estratos. Uma compreensão desses tipos distintos possibilitaria caracterizar a ação social dos componentes das unidades sociais e distribuí-los conforme a posição social ocupada na hierarquia de um dado sistema social rural.

Tal referencial foi aplicado à realidade brasileira por RIOS (1976), e considerado no esquema teórico de AMNANN (1977). MEISTER (1972:21-22) refere-se ao comportamento de participação como "uma espécie de resultante de um

certo número de aspirações, elas próprias funções ou atividades formadas no quadro de um dado nível de informação" Propõe a tipologia seguinte, a qual introduziram-se exemplos de comportamentos possíveis de serem encontrados na realidade rural.

Quadro 1. Tipologia de Participação Social

Tipo	Origem (iniciativa) de criação do grupo de participação	Modo de recrutamento	Função Social do Grupo
de Fato	grupo pré-existente, criado pela tradição	de Fato	reforço dos costumes, da tradição, das maneiras existentes de fazer as coisas
Exs:	associação religiosa, Família (ir a missa, visitar parentes)	imposição da Família ou de ver sentido	manter as tradições
Espontânea	criação do próprio grupo de participação, porém mais flutuantes e sem organização: grupos de vizinhança, sociedades de operários, etc.	Inteiramente voluntária	não tem função social aparente, é sobretudo latente de satisfação de necessidades psicológicas dos participantes
Provocada (suscitada)	grupo novo, criado sob a influência de agentes exteriores	Provocada	mudança social, através da assimilação de comportamentos considerados desejáveis pelos agentes exteriores
Exs:	clube de mães, associação de pais e mestres	convidado ou estimulado por técnicos	formação de novos hábitos e atitudes através de novos conhecimentos

.../

/...

Tipo	Origem (iniciativa) de criação do grupo de participação	Modo de recrutamento	Função Social do Grupo
Voluntária	criado pelos próprios participantes sem recorrer a agentes externos. O grupo se organiza por si mesmo: sindicatos, cooperativas, org. profissionais, partidos políticos, etc.	Voluntária	Reinvidicação, criação de novos comportamentos, adaptação as mudanças, continuação ou luta contra ela.
Exs:	cooperativa, sindicato, partido político	influenciado por amigos, líderes, ou técnicos	união do grupo para obter lucros ou benefícios

Tratando-se de tipos construídos, suas correspondências empíricas deverão ser observadas em função das dimensões dos conceitos dados na tipologia. MEISTER (1972:11), refere-se que vários países em vias de desenvolvimento parecem com efeito estar concedendo um lugar de destaque as associações como instrumento de modernização e integração social e nacional. Por essa razão, MEISTER (1969:35), afirma que na perspectiva do desenvolvimento, o problema central " é a passagem do tipo de participação dominante para outros: da prescrita, personalizada, primária para as participações funcionais nos grupos secundários de mudança social". Baseando-se nessa colocação não se descarta toda a utilização da dicotomia tradicional-moderno, tomada como referência em muitos estudos para análise do desenvolvimento, portanto forço

samente far-se-ão referências a ela.

Associa a tipologia a 3 categorias de participantes, (não líderes, líderes de associações e não líderes de associações) e categorias profissionais.

Dos estudos analisados até aqui pode-se inferir que a participação social parece ser um fator decisivo no processo de desenvolvimento. ROGERS (1976:133) coloca-a na base do processo quando define desenvolvimento como: "amplo processo participativo de mudança social numa sociedade, visando alcançar progresso social e material (incluindo liberdade, igualdade e outros valores) para a maioria das pessoas através de seu controle sobre o meio ambiente". O ponto comum das definições é encará-la como meio ou instrumento para alcançar o desenvolvimento ou provocar mudanças, referindo-se ao envolvimento das camadas que estão na base da sociedade. Se por um lado contribui para discriminar indivíduos, ou grupos sociais, retratando a diferenciação social na hierarquia de posições, por outro contribui para integrá-los agindo ao mesmo tempo como fator de mobilidade social. É imprescindível, portanto, associá-la à estratificação social, compreendida como uma hierarquização dos membros do sistema social.

BUCKLEY (1971:34) encara "a sociedade como uma interação complexa, multifacetada e fluída de graus e intensidades amplamente variáveis de associação e dissociação" .. em que a "estrutura" é uma construção abstrata e não algo

distinto do processo interativo em marcha, mas sua representação temporária, acomodativa em qualquer tempo"... Tal concepção leva a perceber que "os sistemas sócio-culturais são inerentemente elaboradores e modificadores de estruturas"... Nestes termos, "as sociedades e grupos mudam continuamente suas estruturas como adaptações a condições internas e externas". Na dinâmica social, a participação social é a forma concreta que operando aciona e mantém o processo interativo, daí sua importância para captar e compreender o sistema social, objetivando impulsionar seu desenvolvimento.

Comentando diferentes abordagens para explicar a diferenciação social, STAVENHAGEN (1972:133-170) diz que, entendendo-se por estratificação social "o processo pelo qual os indivíduos, famílias, ou grupos sociais são hierarquizados em uma escala", aponta os problemas implicados, quanto ao objeto, a delimitação do universo, neste tipo de abordagem. Questiona os critérios tomados, tecendo considerações sobre cada um deles.

Em relação ao objeto discute se seriam os indivíduos ou grupos sociais a serem hierarquizados. Tratando-se de atributos individuais pode-se chegar a um contínuo de status individuais. Tomando-se uma série de categorias sociais mais ou menos homogêneas, pode-se reconhecer não apenas uma escala de status individuais, mas a existência hierarquizada dessas categorias, denominadas estratos ou camadas sociais, integradas por indivíduos que possuem em comum

certos indicadores de posição social.

O enfoque será determinado basicamente pelas categorias sociais, segundo determinados indicadores comuns que permitem definir critérios objetivos para distinguir a posição social e os estratos a que pertencem os indivíduos.

Quanto ao universo, STAVENHAGEN crítica a validade e representatividade, afirmando que seria ideal estabelecer um esquema que pudesse ser aplicado à sociedade, mas afirma que poucos autores tentaram fazê-lo. No entanto, reconhece dois setores, com sistemas de estratificação social específicos: o rural e urbano.

Preferiu-se este autor, entre outros, pela discussão e confrontação que faz das pressuposições que caracterizam as duas principais correntes de pensamento no estudo da estratificação social. Ressalta os problemas envolvidos nas duas abordagens: estratificação social e estrutura de classes. Considera também a complementariedade de alguns aspectos desses quadros o que abre perspectivas para sua combinação no estudo da diferenciação social.

3.2. Esquema Conceitual

A participação social é um processo que se vincula ao curso da ação social, como resultante da interação dos membros do sistema social.-

Reunindo esses 3 elementos: (participação, ação social e sistema social) formulou-se um conceito aplicado ao objeto específico desse estudo, propondo, encarar a participação social como: o processo pelo qual os membros de um dado sistema social tomam parte nas atividades desenvolvidas no curso da ação social, buscando alcançar metas definidas no quadro de sua situação. A noção de sistema já traz em si a idéia de partes interrelacionadas que interagindo formam o conjunto. PARSONS (1973:49) refere que "a teoria sociológica deve focalizar certos aspectos da estrutura e dos processos que se verificam nos sistemas sociais"... entendendo "o sistema como constituído pela interação direta ou indireta de seres humanos entre si". A perspectiva da ação conduz a concepção da interação social que se concretiza no comportamento de participação.

BUCKLEY (1971:68) entende por sistema "complexo de elementos componentes direta ou indiretamente relacionados numa rede causal, de tal sorte que cada componente se relaciona pelo menos uma vez com alguns outros de modo mais ou menos estável, dentro de determinado período de tempo", e que à sociologia interessa o sistema, onde se registra, um processo, que inclui a interrelação com o meio. Num sistema aberto de estrutura flexível, sua delimitação é arbitrária. O foco do processo, afirma o autor, está nas ações e interações dos componentes de um sistema em evolução, de tal maneira que surgem, persistem, dissolvem-se ou alteram-se, em graus variáveis de estruturação".

Neste ponto coloca-se a dificuldade de delimitação do sistema, não só para definir o contexto do estudo, mas sobretudo, resolver a questão levantada por STAVENHAGEN, em relação ao universo para o qual seria válida a estratificação. No entanto, considerando o interesse pelo processo de participação social no setor rural, os critérios que se antepõem são as interações dos indivíduos em determinado espaço social, tendo em vista a interrelação com o meio, o que leva a considerar a base geográfica e a identificação com ela. Tomando os elementos propostos por MAC IVER (1973:117 - 131) teríamos: a base física, o sentimento de pertencer e os objetivos comuns. Com esses elementos pode-se delimitar um sistema social rural,

Para WEBER (1964:5-10) a ação social se estabelece a partir da interação entre dois ou mais indivíduos, onde um influencia a ação do outro. A motivação (significado) reside justamente na reciprocidade da ação, sendo, portanto dotada de sentido.

A ação corresponde ao comportamento mútuo, que envolve uma motivação.

Baseado no significado da ação WEBER distingue 3 tipos de ação social: Tradicional, Racional quanto a fins e quanto a valores, e afetiva que reflete uma dicotomia racional-irracional.

Nesta contribuição pretende-se fundamentar a tipologia de MEISTER (1969) dando maior alcance teórico a análise

lise. O tipo considerado como: de fato relaciona-se a ação tradicional que pelo seu conteúdo baseia-se nos costumes arraigados e tradição; a espontânea relaciona-se com a afetiva pelo seu conteúdo emocional e efetivo, já que se liga a realização de necessidades sócio-psicológicas dos participantes nos grupos. A voluntária é provocada se aproximam do tipo de ação racional quanto a valores e fins, já que seu conteúdo envolve certa dose de racionalização em busca de metas, materiais ou sociais ou ambas.

GERMANI (1973:65) apresenta uma tipologia simplificada de ação social baseando-se em PARSONS e WEBER, colocando nos extremos de um continuum o tipo prescrito e eletivo, onde poderão se enquadrar os tipos de participação social identificados nessa investigação.

A referência é o marco normativo que representa a motivação no esquema Weberiano.

Na ação prescrita, o marco é rígido, deixando reduzida margem de escolha. Os meios, as condições e os fins são internalizados pelos atores, através do processo de socialização. Esses agem segundo as normas estabelecidas no sistema. Os comportamentos são conseqüentemente determinados pelos costumes.

Na ação eletiva o marco é menos rígido, sendo crescente a liberdade de escolhas. A relação entre os meios e os fins já não são codificados, ou dados, mas respostas a cada situação socialmente tipificada, avaliada pelos atores

dentro de seu quadro de informação.

Nessa tipologia pode-se apoiar a tipologia de participação social proposta por MEISTER de tal forma que os tipos de fato e espontâneo (raras exceções para esse) recaiam na prescrita, e a voluntária e provocada, na ação eletiva.

3.3. Operacionalização do esquema conceitual

Os conceitos de sistema social, participação social e estratificação social apresentam-se como fundamentais nesse estudo.

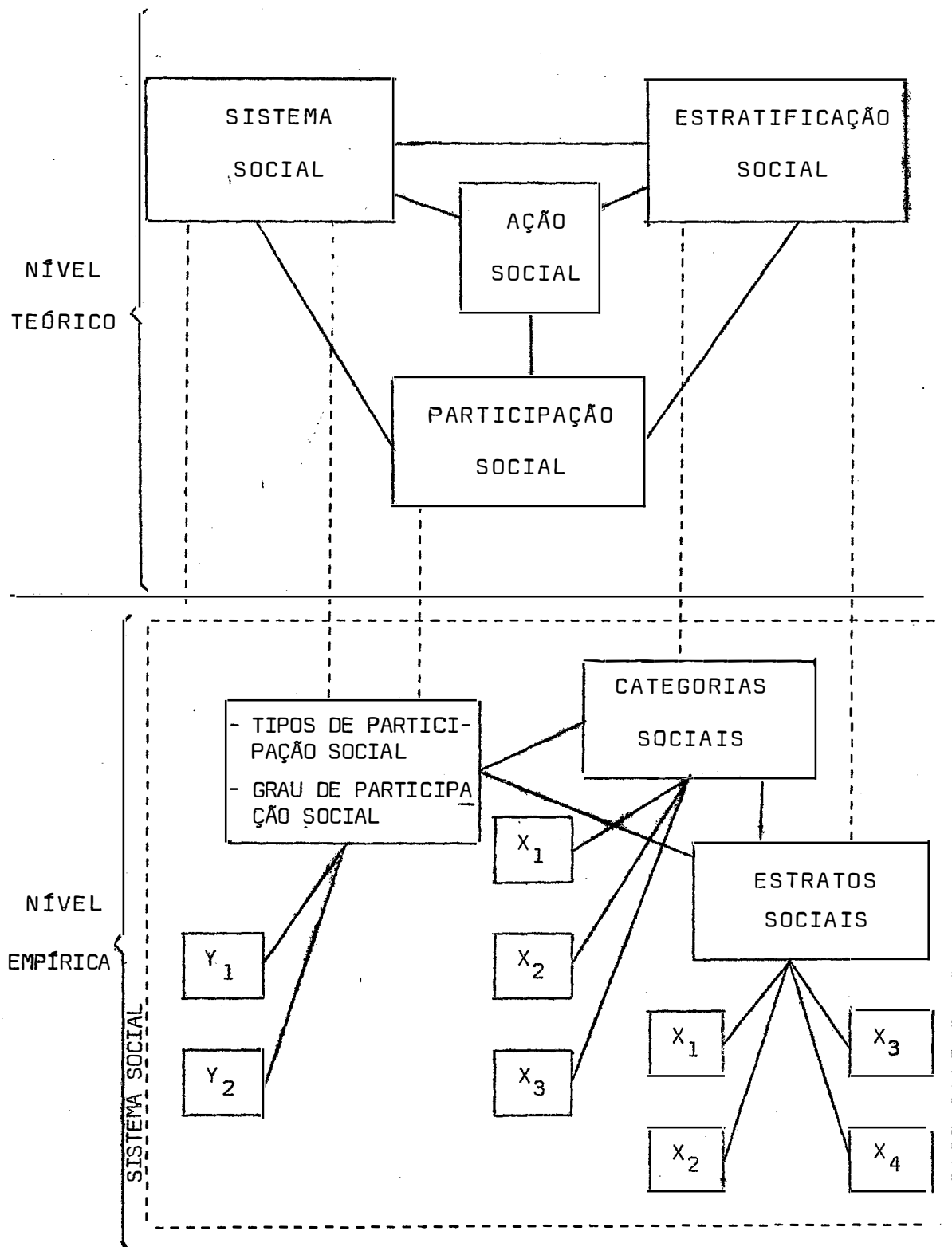
No interrelacionamento desses conceitos, se apoia toda a investigação, orientada para delimitação do objeto e fundamentação das hipóteses de trabalho, conforme se indica na Fig. 1.

A participação social, fenômeno que se pretende compreender, surge dentro de um sistema social, como produto da interação de seus componentes, os atores envolvidos na ação social.

A estratificação social por sua vez, representa a hierarquia de posições sociais dos componentes do sistema. Desvendando as diferentes posições ocupadas pelas unidades sociais (indivíduos ou grupos), e relacionando-as à participação social poderiam ser explicadas as influências ou reflexos sobre a diferenciação na participação.

A hipótese central, portanto, se apoia no pres

Figura 1. Roteiro da análise a nível teórico e empírico.



suposto de que existe relação entre a participação social e a estratificação social. Ambas comportam várias dimensões, sendo que a participação tem sido considerada por vários pesquisadores MOLINA (1973-1974) HANSEN (1973), entre outros como uma das dimensões de estratificação social. Para WEBER (1974:72-73) a estratificação é tridimensional: econômica (riqueza), social (prestígio) e política (poder). Na teoria geral de classes sociais unidimensional, sendo seu postulado básico a dimensão econômica. HANSEN (1973:16) refere-se que para os pesquisadores da estrutura de classes "as bases econômicas da coletividade rural determinam a natureza do seu sistema de estratificação". Levando em consideração os pressupostos relacionados a dimensão econômica, considerado tanto no referencial da estratificação social, quanto da estrutura de classes, sem estabelecer paralelo entre ambos é conveniente explicitar que neste trabalho não se questiona a posição de classe no sentido dado pelos pesquisadores de estrutura de classes, mas especificamente a posição social (status) no sistema social. E a partir daí explorar as relações existentes com a participação social. Procura-se, conforme se esclareceu no primeiro capítulo verificar as fontes de desigualdade na participação social.

Para isso serão selecionadas variáveis referentes a atividade agrícola dada a sua importância social e econômica no sistema social visado para análise.

Reportando a GERMANI (1973:65) poderia se di-

zer que num sistema em transição, ocorreriam vários tipos empíricos a classificar. Na coexistência de padrões modernos e tradicionais, podem surgir diferentes formas de participar. Por essa razão, acredita-se no recurso metodológico da aplicação da tipologia de MEISTER (1969) para medir a diferenciação na participação e verificar que categorias sociais, ou estratos sociais têm se modificado no transcurso do processo histórico.

3.4. Hipóteses da pesquisa

Da orientação teórica levantou-se a hipótese central de que existe uma relação entre participação social e estratificação, de tal forma que tipo e grau variam conforme a posição social que o indivíduo ou grupo ocupa no sistema social, onde está inserido. Entretanto, para operacionalizá-la julgou-se conveniente desdobrá-la.

Pressupondo-se ainda baseados em BOGUE (1969 : 149-154) e BERTRAND (1973:178) que certas características estão relacionadas com o comportamento de participação social, mesmo não havendo necessariamente relações causais, levantou-se hipóteses para verificar as relações existentes entre 3 características consideradas básicas: idade, sexo e escolaridade. MEISTER (1969) observa que nas sociedades menos estratificadas tende a ocorrer uma estratificação por sexo e idade. Para WILLEMS (1969:255) nas sociedades pouco diferenciadas as variações na participação são determinadas pe

las restrições que costumes e tradições impõe aos sexos e grupos de idade; e naquelas estratificadas, as variações coincidem com as diferenças de classe ou casta, sendo muitas vezes complicadas por diferença de profissão e educação.

Incorporando tais presupostos propõem-se verificar as seguintes hipóteses:

1 - Gerais:

HIPÓTESE GERAL I - Existe uma associação positiva entre tipo de participação social e estratificação social de tal modo que determinados tipos (Fato, Espontânea) tendem a predominar nos estratos mais baixos enquanto outros (Provocada e Voluntária) tendem a predominar nos estratos mais altos.

HIPÓTESE GERAL II - Existe uma relação positiva entre o grau de participação social e estratificação social, sendo que aos estratos mais altos corresponde um maior grau de participação social, ou seja, à medida que se sobe na hierarquia social aumenta o grau de participação social.

HIPÓTESE GERAL III - A participação social relaciona-se a determinadas características individuais como sexo, idade e escolaridade, ou seja, esses fatores influenciam no tipo e grau de participação social.

2. Específicas:

- Verificar a relação existente entre tipos de participação social e:

- . controle da terra
- . renda anual familiar em dinheiro
- . participação no mercado
- . nível de especialização

- Verificar a relação existente entre grau de participação social e:

- . controle da terra
- . renda anual familiar em dinheiro
- . participação no mercado
- . nível de especialização

- Verificar as relações existentes entre participação social segundo os tipos e grau, e:

- . idade
- . sexo
- . escolaridade

4. METODOLOGIA

4.1. Definição nominal e operacional das variáveis do estudo.

Este capítulo descreverá as variáveis incluídas na análise, suas definições nominais e operacionais, e uma explanação dos critérios adotados para classificar as unidades do estudo. Explica o procedimento na seleção do município e área do estudo, com uma descrição das características gerais de ambos de forma a dar uma visão do contexto focado na análise; o processo de amostragem e a definição da população estudada; o processo de coleta de dados no campo e por último a organização dos dados e o tratamento dos mesmos na análise.

4.1.1. Variáveis dependentes

PARTICIPAÇÃO SOCIAL - abordada em duas dimensões distintas, tipo e grau. Esse critério possibilita clas

sificar as unidades sociais com base na tipologia de participação social e verificar seu grau segundo as categorias sociais e estratos.

Para associar a Participação Social com algumas das variáveis independentes, sexo, idade e escolaridade, serão utilizados dados individuais, estabelecendo-se classes dessas categorias.

Na associação dos estratos sociais, formados por índices parciais e geral do conjunto de variáveis independentes: renda anual familiar em dinheiro, participação no mercado, grau de especialização, controle da terra, será considerada a participação social do chefe, tomado como representativo da unidade familiar.

Y₁. Tipos de participação social

Refere-se aos quatro tipos selecionados da tipologia de MEISTER (1969): de Fato, Espontânea, Voluntária, Provocada, tomando as dimensões consideradas como indicadores para a distinção de cada tipo, ou seja:

- a) iniciativa ou origem da criação do grupo;
- b) modo de recrutamento;
- c) função social do grupo de participação.

Observam-se na definição dos conceitos e indicadores que se seguem, os critérios utilizados para medir essa variável.

Conceitos e indicadores dos tipos de Participação Social:

Participação de Fato: corresponde ao envolvimento e/ou participação em grupos criados pela tradição que se vinculam mais especificamente à família e à religião;

Indicadores:

- a) identificação dos grupos - criado pela tradição, anterior ao indivíduo, se relaciona à família e religião, excluindo-se os comportamentos modernos, em reuniões com líderes treinados: círculo de estudos, culto, grupos de casais, grupo de jovens.
- b) modo de recrutamento - "de fato" significa que o indivíduo age segundo as normas internalizadas, não questionando-as, mas cumprindo o que foi determinado segundo os costumes e a tradição.
- c) função social do grupo - manter a tradição e os costumes, reforço das normas e padrões de comportamento.

Participação Espontânea: envolvimento e/ou participação em grupos não organizados, não estruturados, que atendem interesses e necessidades pessoais, refere-se aos grupos de amigos, de vizinhança, recreação, ocupação;

- a) identificação do grupo de participação que envolve: amigos, vizinhos, grupos flutuantes, incluindo: futebol, encontro na venda, bailes, etc.
- b) modo de recrutamento; inteiramente voluntário; en-

contro e reuniões ocasionais de bate-papo, jogos (futebol, malha), em locais comuns aos participantes, nas vizinhanças.

- c) função social do grupo: é sobretudo latente; visa satisfazer necessidades psicológicas dos participantes.

Participação Voluntária: refere-se à participação em associações formalizadas como: cooperativas, sindicatos, associações de produtores, etc.

- a) identificação do grupo - criado pelo próprio grupo, ou por envolvimento e influência de amigos ou líderes;
- b) modo de recrutamento - voluntário - há liberdade para decidir se toma parte ou não da associação.
- c) função social do grupo: satisfação de novas necessidades, criação de novos comportamentos, mudança social ou resistência a ela.

Participação Provocada ou Suscitada em grupos criados por agentes externos ou líderes orientados por esses agentes.

- a) identificação do grupo de participação ou atividades em grupos promovidas por agentes externos; podem ser grupos formais ou informais comandados ou coordenados por uma diretoria treinada, líderes, ou os próprios técnicos.

- b) modo de recrutamento: provocado, suscitado por técnicos, líderes ou diretorias, e até mesmo sócios e participantes.
- c) função social do grupo: mudança social, através da assimilação de novos comportamentos considerados desejáveis pelos agentes externos.

Y₂. Grau de participação social

Refere-se à intensidade da participação social, medida pela frequência a atividades em grupos formais e informais aplicando-se escores.

A frequência corresponderá ao somatório dos escores atribuídos aos indivíduos classificados em 2 estratos: com baixo e alto grau de participação.

4.1.2. Variáveis independentes

ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL - corresponde à hierarquia de posições sociais ocupadas pelos indivíduos ou grupos, definida em termos de estratos sociais formados com base nas categorias sociais, e pelo somatório dos índices das variáveis-selecionadas como indicadores de posição. Para cada variável, estabelecer-se-á um índice segundo a expressão:

$$i = \frac{X_i - \bar{X}}{S} \quad \text{onde,}$$

X_i = dado observado

\bar{X} = média da atmosfera

S = desvio padrão

Dessa forma será obtido o índice geral para associações pretendidas.

As variáveis independentes que se seguem correspondem aos indicadores de estratificação para classificar as unidades.

X_1 - Controle da Terra - refere-se a área em hectare possuída ou usada pela unidade familiar, segundo sua condição quanto ao poder de decisão sobre a mesma.

Dessa forma os proprietários se distinguem pela quantidade de área possuída enquanto que os não proprietários se distinguem tanto pela ausência de posse de terra quanto pelo grau de poder de decisão. Tentou-se pois conciliar 2 critérios para medir essa variável, dada a sua importância na dimensão econômica. Baseando-se, pois, nesses critérios combinados atribuíram-se escores para classificar as unidades familiares como seguem:

CATEGORIA	CLASSIFICAÇÃO	PESO
não proprietários (empregado, parceiro, arrendatário)	sem controle	0
pequenos proprietários 0 a 20	baixo controle	1
médios e grandes proprietários 20 e mais	alto controle	2

Esses pesos foram arbitrários, utilizados apenas para diferenciar as unidades, porém alguns argumentos podem ser apontados como relevantes e que foram considerados:

a) a média da amostra foi 29,18 hectares, portanto os proprietários mais próximos dessa média poderão se situar mais entre as médias próprias. b) a área é acidentada, refletindo nas alternativas de escolhas de produtos a serem explorados e conseqüentemente nas técnicas a serem empregadas. c) por último o argumento mais forte é que a autora pela experiência que tem de meio rural e da área pode observar que os pequenos proprietários são levados a procurar terra para garantir sua subsistência, assumindo em parte a condição de empregados, parceiros ou arrendatários, trabalhando nas propriedades maiores nas vizinhanças, seja o chefe ou membros da família.

Faz-se no entanto as devidas reservas da estratificação desses critérios para outras áreas com características diferentes, pois sua relatividade se liga a aspectos físicos, econômicos, tecnológicos, etc. Para ilustrar poder-se-ia dizer que uma propriedade situada numa topografia menos acidentada e próxima a grande centro consumidor, empregando alta tecnologia não poderia ser comparada as unidades produtivas consideradas nesse estudo apenas pelo tamanho e grau de controle nas decisões.

I_2 - Renda anual familiar em dinheiro - refere-se à renda total em dinheiro obtida pela unidade familiar durante um ano, tomando-se como base o ano anterior. Será calculada pela soma das receitas provenientes de fontes diversas agrupadas nos seguintes itens: venda de produtos agropecuários, outros produtos, trabalho agrícola e não agrícola e

outras fontes, incluindo todos os membros residentes na unidade familiar.

Para formar 2 estratos, alto e baixo, será aplicado o índice já referido, distribuindo-se as categorias abaixo e acima da média.

I_3 - Grau de participação no mercado - refere-se a proporção da produção comercializada em cruzeiros em relação ao valor da produção total da unidade produtiva, (MOLINA (1974), calculada pela expressão:

$$i = \frac{VPC \times 100}{VPT}$$

onde VPC é igual ao valor da produção comercializada e VPT o valor da produção total da unidade produtiva, incluindo parceiros, arrendatários e proprietários. Para se chegar a esses valores levantou-se dados referentes a produção total, quantidade consumida e vendida pela unidade. O preço foi determinado a partir de um levantamento prévio junto aos intermediários e técnicos da EMATER - MG que operam no município.

I_4 - Grau de especialização da unidade produtiva - refere-se à concentração em uma ou mais linhas de exploração, medida através do índice de diversificação aplicado por ... WIENDL (1970:36-37), LANDIM (1972:23), MOLINA (1974). Esse índice foi proposto por HOFFMANN et alii (1976:125-126) que diz "considera-se na teoria da administração rural, a especialização total quando a produção se baseia só numa linha

de exploração, de modo que o agricultor que a pratica depende de uma só fonte de renda". Como poucas propriedades são totalmente especializadas, recomenda várias maneiras de medir a diversificação, entendida como "a produção de vários produtos, dependendo o agricultor, neste caso de várias fontes de renda". Entre as formas que sugere para medir a diversificação selecionou-se aquela em que se aplica o índice, pela fórmula:

$$D = \frac{1}{\sum F_i^2} \quad \text{onde,}$$

F_i é a fração da renda bruta proveniente de cada cultura ou linha de exploração e D é o índice de diversificação agrícola. Quanto mais diversificada for a unidade produtiva, mais alto será o valor do índice de diversificação (D) porque mais se afasta da unidade.

A partir do índice de diversificação calculado para a unidade produtiva, distribuíram-se as unidades da amostra em 2 estratos: alto e baixo.

Variáveis referentes as categorias sociais

I.1. Idade - refere-se ao número de anos completados na data da entrevista. Foram estabelecidas as seguintes classes:

10	-	15
16	-	25
26	-	35
36	-	45
+	de	46

PETERSON (1968:80) recomenda para estudos de população um resumo das informações em 3 grandes grupos de idade: jovens dependentes menores de 15 anos, população ativa de 15 a 64 anos, e anciãos dependentes com mais de 65 anos. No entanto para o interesse específico do estudo a população ativa apontada se apresenta com um espaço muito largo, sendo necessário aliar outro critério. Para isso baseou-se no ciclo ou estágios da família, adaptando o esquema de DUVALL (1959:5 a 11) às condições da realidade rural brasileira no que diz respeito às idades dos cônjuges. Tipicamente a família se desenvolve passando pelas seguintes fases:

1. Fase da expansão da família:

- constituição ou estabelecimento da família
- procriação
- criação dos filhos

2. Fase da contração da família

- emancipação dos filhos
- ajustamento do casal - velhice

Considerando-se que entre os censos de 40 e 50, no Brasil, os casamentos se concentraram para as mulheres nas faixas de 15 a 29 anos, 76,35% e para os homens do mesmo grupo de idade 78,30% atingindo o máximo aos 39 anos, declinando a partir de 40 anos, IBGE (1970:210-211), conclui-se que a primeira fase de expansão da família se verifica dos 15 aos 35 anos, e que a fase seguinte se inicia a partir

dos 36 anos. Essa orientação deve levar em conta 2 variações: a da idade, na constituição da família, a concomitância de etapas que ocorrem no meio rural, e o prolongamento através das famílias extensas. Contudo a partir dos 46 anos, de um modo geral, se inicia a fase de contração da família.

I.2. Sexo - feminino e masculino

1.3. Nível de Escolaridade - refere-se ao grau de educação formal dos membros da família conforme a série e grau que frequentava na data da entrevista, ou a última série completada ao deixar a escola. Estabelecer-se-ão 3 classes para ordenar as categorias em analfabetos, baixo e alto nível de escolaridade; distribuindo-se conforme segue:

<u>Categoria</u>	<u>Peso</u>
analfabeto	0
1 a 3 ^a série do 1 ^o grau	1
4 ^a série do 1 ^o grau e mais ...	2

A atribuição dos pesos foi arbitrária e visou exclusivamente distinguir as diferenças entre as categorias. Todavia, alguns critérios foram levados em conta na classificação. Somente na última década foi implantada a 4^a série de 1^o grau nas 2 principais escolas localizadas na sede do distrito e povoado, nas demais cerca de 5 continuam a oferecer apenas as 3 primeiras séries. Dessa forma alcançar a 4^a série, apesar do interesse crescente continua sendo um privilégio, pois exige maior disponibilidade de tempo e recursos materiais que nem todas as unidades dispõem.

4.2. Procedimento.

4.2.1. Seleção do Município e suas características gerais.

Selecionou-se o município de Caratinga segundo critérios previamente estabelecidos: assistência do serviço de Extensão Rural, sem interrupção nos últimos 3 anos; concentração de pequenos produtores; área de interesse de órgãos de assistência ao meio rural.

Existem no município unidades operacionais dos seguintes órgãos federais e estaduais de assistência ao meio rural:

IBC - Instituto Brasileiro do Café

GERFAMIG - Grupo de Erradicação da Febre Aftosa Minas Gerais

IEF - Instituto Estadual de Florestas

RURALMINAS - Fundação Rural Mineira

CAMIG - Companhia Agrícola de Minas Gerais

CASEMG - Companhias de Armazéns e Silos de Minas Gerais

EMATER - MG - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais.

A estrutura fundiária preenche as características procuradas, conforme indicam os quadros 2 e 3

Quadro 2 - Distribuição imobiliária do município de Caratinga, Minas Gerais.

Faixa p/ha	Nº de prop.	Nº relativo (%)
0 — 10	1.340	30,20
10 — 20	936	21,15
20 — 30	545	12,30
30 — 40	371	8,35
40 — 50	273	6,15
50 — 100	547	12,32
100 — 200	279	6,28
200 — 500	109	2,45
500 — 1.000	29	0,65
+ de 1.000	7	0,15
TOTAL	4.438	100,00

Fonte: EMATER - MG - 1974

Quadro 3 - Posse e uso da terra, Caratinga, Minas Gerais.

Categorias	Nº absoluto	Nº relativo (%)
proprietário ^{a/}	3.648	13,40
arrendatário	2.576	9,46
parceiros	-	-
operário rural	21.000	77,14
TOTAL	27.224	100,00

FONTES: 1. CADASTRO RURALMINAS (1977), 2. EMATER-MG (1974, 3. SAYGLI (1976).

^{a/} Os posseiros foram incluídos nessa categoria porque tem a posse de fato e segundo informação junto à agência lo

a/... cal da RURALMINAS, existem 1.565 posseiros no município que estão em processo de legalização, correspondendo a 80% do total existente.

4.2.1.1. Características gerais do município

O propósito desse ítem é dar uma visão geral do município em seus diferentes aspectos, julgados relevantes para compreender o sistema social estudado e ao mesmo tempo situá-lo no espaço social e físico do contexto mais amplo.

Caratinga localiza-se na zona fisiográfica Vale do Rio Doce do Estado de Minas Gerais. Liga-se aos principais centros do país através da BR 116 (Rio-Bahia).

O intercâmbio com outros centros e vizinhanças é intenso propiciado por vasta rede de comunicação e transporte. Recebe vários canais de TV e jornais do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Além da sede, vários distritos contam com serviços de correio, telégrafo e telefone. Possui uma emissora de rádio, 3 jornais e 1 revista que se completam na comunicação local, pelo intercâmbio entre zona rural e urbana através de linhas regulares de ônibus. EMATER-MG (1974).

Ocupando uma área de 2.204 Km², faz parte do conjunto no orográfico Serra da Mantiqueira, com topografia

acidentada. O ponto mais alto do município é o Pico Rio Negro com 1.510 metros. Pertence à bacia hidrográfica do Rio Doce, contando com numerosos cursos d'água que contribuíram para atrair a população para seu território, e o desenvolvimento da agricultura. SAYGLI (1976) refere que o povoamento se iniciou com a decadência da mineração no fim do século XVIII quando os pioneiros chegaram e se distribuíram seguindo o curso dos rios, atraídos pelas riquezas da mata primitiva da região.

Sua população de 109.874 habitantes está distribuída em 12 distritos, incluindo o distrito sede, tendo 41.835 habitantes na zona urbana e 68.039 na zona rural, conforme Censo Demográfico IBGE (1970).

Conta com 133 estabelecimentos de Ensino de 1º grau, dos quais 101 se localizam na zona rural e 6 de 2º grau, 2 Faculdades e sete bibliotecas.

Dispõe de dois Hospitais, uma clínica infantil, uma clínica de saúde do estado, uma maternidade, um posto da SUCAM, trinta e quatro farmácias e drogarias, cinco laboratórios de análises, vinte e sete médicos, vinte e cinco farmacêuticos e sessenta auxiliares de saúde. EMATER MG (1974).

Para recreação conta com dois cinemas e cinco clubes.

No quadro associacionista registram-se o sindicato de Trabalhadores Rurais com 4.802 associados; sindi

cato Rural de Caratinga (Patronal) com 1.777 associados; sindicato dos Bancários com 80 associados; Rotary, Lions, duas lojas maçônicas, associação comercial, médica e odontológica; Centro de estudantes e vários grupos de jovens.

A base econômica do município é a agricultura, cuja expressão se confirma pela contribuição de 80% na arrecadação municipal e pela população que comporta 62% do total. Apesar do desenvolvimento industrial (110 estabelecimentos) que vem se processando, as atividades agropecuárias constituem as principais fontes de renda do município.

Os dados oferecidos por SAYGLI (1976) indicam a contribuição dos produtos agropecuários na produção total do município em 1971: café 52%, feijão 11%, milho 11%, arroz 10%, sendo os demais cobertos por outras 21 culturas. Na pecuária destacou-se a leiteira com uma produção anual de 6 milhões de litros de leite, seguida da suinocultura e avicultura. Os produtos horti-fruti-granjeiros despontam, com aplicação de tecnologia moderna e produção em escala comercial.

4.2.1.2. Seleção e descrição da área de estudo.

Procedeu-se à escolha atendendo aos critérios citados na seleção do município, somando-se a outros que se mostraram importantes, como viabilidade na coleta de dados.

Pelo conceito de sistema social adotado no es

tudo, esse seria definido pela interação dos atores, em uma área determinada (espaço físico e social), refletindo a vida típica de um sistema social rural, além de retratar as características gerais do município.

O distrito de Santa Rita, comparado aos demais, pareceu melhor satisfazer os requisitos exigidos. Sua representatividade pode ser observada nos quadros 4, 5 e 6.

As comunidades Santa Bárbara e Santa Rita se apresentaram como potencialmente favoráveis. Para decidir entre as duas fez-se a observação 'in loco'. A sede do Distrito de Santa Bárbara apresentou-se com características mais urbanas e com maior influência da Rio-Bahia (BR 116), devido a posição geográfica.

Santa Rita, além de ter menor influência da rodovia sobre o meio rural é uma das áreas mais antigas de atendimento do serviço de Extensão Rural.

4.2.1.3. População do estudo

Segundo informações da EMATER-MG, em 1974 constava o distrito de Santa Rita de 155 propriedades, com 552 famílias residentes, sendo a população rural 3.061 habitantes e a urbana 1.359 (quadro 4). Existem dois tipos de povoamento: o aglomerado e o disperso. O primeiro tipo na sede do distrito e no povoado de Santa Luzia; o segundo, é característico de toda a zona rural, cuja distribuição segue

Quadro 4 - Relação dos distritos, distância da sede, população rural e urbana, número de propriedades e famílias, selecionadas para o programa de trabalho da EMATER - MG.

Distrito	Distância da sede	Total	População		Nº de prop.	Nº de fam.
			U	R		
DOM LAKA	12	-	-	-	-	-
Entre Folhas	23	4.879	1.494	3.385	143	609
Imbé	42	4.675	995	3.680	492	584
Santa Bárbara	23	3.552	854	2.689	110	444
Santa Rita	10	4.420	1.359	3.061	155	552
Sto. Antonio do Manhaçu	54	-	-	-	-	-
São Cândido	54	7.383	615	6.768	266	978
São João da Jacutinga	36	-	-	-	-	-
Sapuçaia	12	5.785	546	5.239	166	469
Ubaboranga	19	-	-	-	-	-
Vargem Alegre	33	-	-	-	-	-

FONTE: EMATER - MG, 1976.

OBJS: Esses dados foram levantados junto ao GERFAMIG em 1976 e organizados pelo escritório local da EMATER - MG constando os distritos que foram selecionados para o trabalho de Extensão Rural, relacionado ao Programa de Bem Estar Social em 1977.

Quadro 5 - Distribuição das propriedades segundo o estrato de área em hectare de alguns distritos de Caratinga - Minas Gerais, em número absoluto e relativo, em janeiro de 1976.

Estrato de área	Entre Folhas		Imbé		Santa Bárbara		Santa Rita		S. Cândido		Sapucaia	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
menos 10	34	23,77	132	26,82	23	20,90	38	24,53	44	16,54	43	25,92
11 a 50	82	57,34	242	49,18	66	60,00	78	50,32	139	52,25	84	50,60
51 a 200	27	18,89	109	22,15	19	17,27	34	21,93	53	23,68	32	19,27
201 a 500	0	0	9	1,85	2	1,83	4	2,58	13	4,88	5	3,01
501 a 1.000	0	0	0	0	0	0	1	0,64	4	1,53	2	1,20
+ de 1.000	0	0	0	0	0	0	0	0	3	1,12	0	0
TOTAL	143	100,0	492	100,0	110	100,0	155	100,0	266	100,0	166	100,0

FUNTE: EMATER - MG 1976.

Quadro 6 - Posse e uso da terra segundo os distritos considerados na seleção da área de estudo em número absoluto e relativo.

Categorias ^{a/}	Entre Folhas		Imbé		Santa Rita		São Cândido		Sapucaia		Santa Bárbara		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
proprietários	129	13,62	330	26,70	143	17,00	260	26,75	148	23,05	98	15,60	1108	21,07
arrendatários	14	1,48	29	2,35	8	0,95	23	2,37	17	2,65	11	1,75	102	1,93
posseiros	81	8,55	112	9,06	61	7,25	102	10,50	86	13,40	56	8,92	498	9,45
parceiros	344	36,33	107	8,65	57	6,78	60	6,17	29	4,52	38	6,05	635	12,05
operário rural	379	40,02	658	53,24	572	68,02	527	54,21	362	56,39	425	67,68	2923	55,50
TOTAL	947	100	1236	100	841	100	972	100	642	100	628	100	5266	100

FONTE: ENATER - MG Caratinga, 1976.

a/ Para classificar em cada categoria foi considerada a condição principal.

o tipo linha, acompanhando o curso dos rios e estradas.

Os grupos de vizinhança, ou de "localidades" são basicamente delimitados pelo curso dos rios e córregos, como reflexo histórico do povoamento da região. O papel dos rios na ligação ou separação dos grupos de vizinhança é identificado pelos moradores que dão a sua imagem de pertencer a este ou aquele córrego, o que para o objetivo contribui para delimitar o sistema conforme a interação social e integração. A topografia exerce também seu papel na delimitação dos grupos. Praticamente todo grupo de vizinhança tem um centro de polarização, que preenche as funções secundárias, como a capela, a escola, a venda e um campo de futebol.

Essas considerações permitem inferir sobre o grau de integração existente colocando-o em três níveis segundo as relações sociais estabelecidas: o grupo de vizinhança, palco de relações interpessoais, face a face sociologicamente distinguidas como primárias; o povoado e sede do distrito, embora as relações primárias se apresentem em menor grau, como reflexo da transição das relações primárias para secundárias; e por último, a sede do município, onde as relações de caráter mais impessoais aproximam-se do tipo secundárias.

A população urbana da sede do distrito exerce não apenas as atividades agrícolas, mas também o comércio e indústria. A maioria do operariado rural reside na sede e se desloca diariamente para o trabalho no campo.

4.2.2. Amostra

Feita a delimitação do universo cumpriria dimensionar a amostra e selecionar as unidades de estudo, definida como a unidade familiar.

Dois critérios apresentaram-se válidos: o número de famílias, ou propriedades rurais.

Levantar as famílias seria difícil pela demanda de tempo e número de operações, sem garantir a representatividade da amostra.

Julgou-se, então, conveniente listar as propriedades cuja fonte era mais fácil de conseguir. Recorreu-se a todas fontes em potencial: Prefeitura Municipal, INCRA, CADASTRO RURAL, EMATER, RURALMINAS, GERFAMIG. Decidiu-se pelo cadastro da Ruralminas, órgão responsável pela legalização de terras do município, possuindo um cadastro mais atualizado.

A lista de proprietários do Distrito selecionado atingiu o total de 152 propriedades, indicando estar bem próxima de outras informações levantadas. Organizada a lista dos proprietários, fez-se a seleção das propriedades pelo processo de sorteio, aplicando-se a tabela de números aleatórios de HOEL (1972:312).

A partir do sorteio classificaram-se as propriedades que seriam visitadas. Por esse critério chegou-se às unidades do estudo que seriam as famílias envolvidas no trabalho

da propriedade sorteada, compreendendo: proprietários, arrendatários, parceiros e empregados permanentes e temporários, selecionando-se apenas o mais antigo em cada categoria.

Quanto aos indivíduos, adotou-se o critério de entrevistar o casal e os 2 filhos residentes, mais velhos com mais de 10 anos, sendo 1 do sexo masculino e outro do feminino; por último, seria considerado o proprietário atual, já que muitas propriedades haviam sido transferidas por motivo de herança ou venda. Foram 50 propriedades correspondendo a 33% da população, visitadas, compreendendo 76 unidades familiares observadas, sendo 12 parceiros, 12 empregados e 2 arrendatários. 6 questionários foram descartados por inconsistência dos dados, permanecendo na análise 70 observações.

4.2.3. Coleta de dados

A coleta de dados foi feita de 20 de janeiro a 24 de fevereiro de 1977, sendo os dados secundários coletados pela autora junto a órgãos e agências do município. Os dados primários foram obtidos mediante entrevista com as famílias, utilizando-se de questionário testado na própria área. A observação participante também foi utilizada tendo a pesquisadora permanecido todo o período na área, participando de diferentes eventos. Duas entrevistadoras treinadas e orientadas colaboraram na coleta de dados,

A estratégia utilizada para vencer as dificuldades na localização das famílias e aceitação do entrevistador constituiu em visitar inicialmente os líderes e pessoas influentes, a fim de obter sua colaboração no sentido de esclarecer as famílias sobre a pesquisa. Conseguiu-se uma boa penetração, facilitando a realização do trabalho. Dois líderes acompanharam os entrevistadores argumentando sobre o interesse da pesquisa e introduzindo-as na área.

4.2.4. Organização e tratamento dos dados

Vários recursos e técnicas foram utilizadas nesta etapa, cumprindo destacar:

- Painel de juizes para classificar as informações e enquadrá-las nos tipos de participação social. Essa técnica foi utilizada como recurso para maior objetividade na classificação das informações. Fez-se uma adaptação para as necessidades específicas do estudo, baseando-se em HAVENS et alii (1965:61-62) e GOOD e HATT(1968:306) em que um grupo de pessoas consideradas 'experts' no assunto julgam e escalonam as medidas de uma determinada dimensão. É geralmente considerada uma extensão do método de verificação de validade lógica, oferecendo maior grau de segurança na interpretação.

No presente caso foram usados 3 juizes treinados e orientados conforme as dimensões dos conceitos conti-

dos na tipologia de Participação Social. Convenciou-se previamente aceitar duas concordâncias entre os juizes. Em 182 julgamentos dos dados individuais ocorreram:

<u>Julgamentos</u>	<u>nº</u>	<u>%</u>
concordâncias	134	74
discordâncias	48	26
<u>TOTAL</u>	<u>182</u>	<u>100</u>

Com o descarte de 5 questionários, 10 indivíduos pertencentes aos mesmos foram retirados, tendo a análise se baseado em 172 casos.

- Codificação dos dados - foi feita pela pesquisadora. A perfuração dos cartões e o processamento dos dados foi feita pela equipe do Centro de Computação Eletrônica do Departamento de Matemática e Estatística da ESALQ-USP.

- Estabeleceu-se previamente utilizar testes não paramétricos como o χ^2 ao nível de significância de 0,05%. Para as relações identificadas o teste C e \emptyset (phi) baseando - se em SHRADER (1974).

É oportuno ressaltar-se que entre uma análise puramente qualitativa ou quantitativa optou-se por uma posição intermediária, procurando conciliar os recursos instrumentais mais adequados ao objeto da investigação. As técnicas quantitativas contribuirão para dar suporte à interpre-

tação dos dados empíricos, a luz da orientação teórica. Assim se reconhece as limitações, acreditando-se que elas não invalidarão nem o processo nem as conclusões. Pelo contrário, tem o seu lado positivo ao apontar aspectos que devem ser aperfeiçoados ou mesmo evitados em novas pesquisas, já que os sociólogos tem procurado cada vez mais utilizarem-se de recursos e instrumentos estatísticos na análise dos fenômenos sociais.

5. ANÁLISE DOS DADOS E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Esse capítulo consta de três partes. Na primeira são analisados os resultados de cada variável sócio-econômica de per si, relacionados às hipóteses gerais e central que pressupõem a associação entre tipos de participação social e estratificação social.

Na segunda são verificadas as associações entre o grau de participação social e estratificação social, segundo o mesmo esquema.

Na terceira são examinados os resultados das supostas relações existentes entre as categorias de sexo, idade e escolaridade com a participação social do indivíduo.

5.1. Tipos de participação social e estratificação social

5.1.1. Controle da terra

Refere-se a área em hectares possuída ou usada pela unidade familiar mais o poder de decisão sobre a mesma.

Atribuindo-se escores para a condição principal da unidade considerada, classificaram-se as unidades da amostra em três categorias: sem controle - empregados permanentes e temporário, parceiros e arrendatários; baixo controle - os pequenos proprietários com área até 20 hectares, e alto controle - médios e grandes proprietários com área acima de 20 hectares.

Na tabela 1 observa-se que 34,3% se classificou como sem controle, 27,1% com baixo controle, e 38,6% com alto controle. Unindo os dois primeiros infere-se que a menor parcela detém maior quantidade de poder de decisão. O reflexo desse quadro é bastante nítido nos tipos de Participação Social conforme dados da tabela 1.

Tabela 1. Tipos de participação social e controle da terra.

Tipos de Participação Social	Controle da Terra							
	Sem Controle		Baixo		Alto		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Fato	17	50,0	8	23,5	9	26,5	34	100,0
Espontânea	4	66,6	2	33,4	0	00,0	6	100,0
Provocada	2	9,5	8	38,0	11	52,5	21	100,0
Voluntária	1	11,0	1	11,0	7	78,0	9	100,0
TOTAL	24	(34,3%)	19	(27,1%)	27	(38,6%)		(100,0)

$\chi^2 = 19,70$ significativo ao nível de 0,01% para 6 graus de liberdade

C = 0,47

$\emptyset = 0,53$

Constatou-se que as participações de fato (50,0%) e espontâneas (66,6%), mais características de um sistema tradicional se destacam entre os que não tem controle da terra; e por outro lado a provocada (52,5%) e voluntária (78,0%) entre os que possuem um alto controle da terra. Verifica-se ainda a tendência para modificar os tipos, segundo sua ordenação, a medida que aumenta o grau de controle da terra. Infe-re-se pois que os tipos de participação social (provocada, e voluntária) características de um estágio de modernizações são também mais característicos daquelas unidades com maior poder de decisão.

A conclusão que se chega é que o controle da terra afeta as formas de participação social. Tal afirmação pode ser tomada como uma hipótese quando se considera o resultado do teste X^2 com valor igual a 19,70, que apesar de significativo ao nível de 0,01%, para 6 graus de liberdade não pode ser aceito, diante da limitação da sua aplicação, (Apêndice 1, Tabela - 17). Os resultados dos testes $C = 0,47$ e $\emptyset = 0,53$ indicam uma relação significativa. Os mesmos dados reagrupados segundo os testes aplicados (vide Tabela 18, apêndice - 1) também confirmam esses resultados contribuindo para aceitá-los até que se verifique em novas situações. a/

a/ Para aceitar os resultados do teste X^2 da tabela 1 e das que se seguirão (vide apêndice) apoiam-se em BLALOCK (1966:246) que sugere seguir adiante nas provas de X^2 quando se trabalha com tabelas, cujo número de células seja relativamente grande, em vez de proceder as correções de con-

5.1.2. Renda anual familiar em dinheiro

Com relação à renda anual familiar em dinheiro distribuíram-se as unidades em 2 estratos alto e baixo, tendo a média da amostra Cr\$ 33.013,00 como referência. Observa-se na tabela 2 que no estrato baixo classificou-se 72,9% com renda inferior a média, e no estrato alto 27,1% com renda igual e superior. Conforme dados da tabela 2, verifica-se que o resultado geral, em termos percentuais, entre os estratos de renda e tipos de participação social revelam a predominância das participações de fato e espontâneas no estrato baixo, enquanto que a provocada predominou no baixo, e a voluntária no estrato alto.

Tabela 2. Tipos de participação social e renda anual familiar em dinheiro.

Tipos de Participação Social	Estratos-Renda Anual Familiar em Dinheiro					
	Baixo		Alto		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Fato	30	88,0	4	12,0	34	100,0
Espontânea	5	83,0	1	17,0	6	100,0
Voluntária	9	43,0	12	57,0	21	100,0
Provocada	7	78,0	2	22,0	9	100,0
TOTAL	51		19		70	

$\chi^2 = 14,06$ significativo ao nível de 0,025% para 3 graus de liberdade

C = 0,41

$\bar{X} = 0,45$

tinuidade. Tentou-se outro recurso metodológico, reagrupando os dados referentes aos tipos de participação social, incluindo-os no apêndice.

Para verificar a associação existente formulou-se a hipótese nula: não existe associação entre tipos de participação social e renda anual familiar em dinheiro.

Pelo resultado do teste $\chi^2 = 14,06$ significativo ao nível de 0,025% para 3 graus de liberdade, o teste $C = 0,41$ e $\emptyset : 0,45$ verifica-se que a associação é significativa. (Vide tabelas 19 e 20 no apêndice).

Os resultados dos testes confirmam a hipótese alternativa que afirma haver uma associação entre tipo de participação social e renda anual familiar em dinheiro.

5.1.3. Grau de participação no mercado

Com base no grau de participação no mercado distribuí-se as unidades do estudo em dois estratos: baixo, com grau abaixo da média da amostra 0,42% e alto, com grau igual e superior a essa média.

Para se ter uma idéia do processo da comercialização, levantaram-se informações, cujos resultados mostram que 7,0% vende diretamente ao consumidor, 11,0% à intermediários, 5,0% às cooperativas, 4,0% ao proprietário, apresentando-se ainda as seguintes combinações: consumidor e intermediário 13,0%, cooperativa e intermediário 21,0%, cooperativa e indústria 3,0%, cooperativa e consumidor 1,0% e 35,0% foi excluído porque são empregados ou produzem apenas para o auto-consumo.

O intermediário tem presença marcante mesmo entre os produtores associados às cooperativas, devido provavelmente à comercialização do café, visto que as cooperativas existentes operam na atualidade exclusivamente com leite. Os pequenos proprietários de modo geral vendem diretamente ao consumidor e os parceiros ao proprietário, destacando-se aqueles que cultivam café em regime de parceria.

Dos tipos de participação social, como era de se esperar, o tipo de fato predominou no estrato baixo, e a voluntária predominou no alto, sendo que a provocada se destacou no estrato-alto conforme revelam os dados da tabela 3. A participação provocada teve um acréscimo considerável em relação as demais variáveis.

Tabela 3. Tipos de participação social e grau de participação no mercado.

Tipos de Participação Social	Grau de Participação no Mercado-Estrato					
	Baixo		Alto		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Fato	24	71,0	10	29,0	34	100,0
Espontânea	3	50,0	3	50,0	6	100,0
Provocada	3	14,0	18	86,0	21	100,0
Voluntária	4	44,0	5	56,0	9	100,0
TOTAL	34		36		70	

$X = 16,55$ significativo ao nível de 0,001% para 3 graus de liberdade

$C = 0,44$

$\emptyset = 0,49$

Para verificar a hipótese nula de que não existe associação entre grau de participação no mercado e tipo de participação social, aplicou-se o teste χ^2 as diferenças estatísticas da tabela 3. O resultado χ^2 , 16,54 significativo ao nível de 0,001% para 3 graus de liberdade, conduziu a rejeição da hipótese nula. Confirmou-se, pois, a hipótese alternativa, (vide tabelas 21 e 22 - apêndice 1).

5.1.4. Grau de especialização da unidade produtiva

Foi medida pelo índice de diversificação, levando-se em conta que poucas propriedades são totalmente especializadas. Classificaram-se as unidades em 2 estratos: baixo - abaixo da média da amostra 1,7 e alto - com valor igual e superior a média.

Na tabela 4 verifica-se que 42,9% das unidades se classificaram no estrato-baixo e 57,1% no estrato-alto, evidenciando que tanto as pequenas quanto as médias e grandes propriedades no cômputo geral não apresentam grau significativo de especialização na produção, sendo que a variação na amostra foi 1,0 a 4,5. Assim, pode se deduzir que a diversificação é uma característica acentuada no sistema social analisado. Observa-se na realidade que mesmo aquelas empresas que poderiam se aproximar do tipo capitalista, pelo emprego de tecnologia avançada, mecanização agrícola, mão-de-obra assalariada, com uma ou 2 linhas de exploração altamente tecnificadas, ainda desenvol-

vem determinados produtos de subsistência (arroz, milho, feijão) nas formas tradicionais.

Por essa razão acredita-se não haver apresentação de diferenças estatísticas nos dados da tabela 4. O teste χ^2 com valor igual a 2,60 não foi significativo ao nível de 0,5% para 3 graus de liberdade (vide tabelas 23 e 24 no apêndice 1).

Tabela 4. Tipos de participação social e grau de especialização da unidade produtiva.

Tipos de Participação Social	Grau de Especialização da Unidade Produtiva - Estrato						
	Baixo		Alto		Total		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Fato	17	50,0	17	50,0	34	100,0	
Espontânea	3	50,0	3	50,0	6	100,0	
Voluntária	8	38,0	13	62,0	21	100,0	
Provocada	2	22,0	7	78,0	9	100,0	
TOTAL	Nº	30	—	40	—	70	—
	%	(42,9%)		(57,1)		(100,0)	

$\chi^2 = 2,60$ não significativo ao nível de 0,05% para 3 graus de liberdade.

$$C = 0,19$$

$$\emptyset = 0,19$$

A hipótese nula de que não existe associação entre tipo de participação social e grau de especialização, não pode ser rejeitada. No entanto, pelas considerações feitas, julga-se necessário verificá-la em outras situações particulares, antes de se concluir definitivamente de que não exis-

te essa associação.

No âmbito dessa investigação, onde a área é tipicamente de agricultura de subsistência e altamente diversificada não se confirma a hipótese alternativa. O que não deixa, contudo, de ser um indicador significativo para se refletir no processo de intervenção com vistas ao desenvolvimento.

Conclui-se assim que no sistema social em questão não existe associação entre grau de especialização e tipo de participação social, porém os dados evidenciam que os tipos mais modernos de comportamento de participação social tendem predominar no estrato alto, enquanto que os tipos mais tradicionais se acentuam no estrato baixo. Dessa forma, pode-se levantar a hipótese de que nas empresas com tendências a especialização ou mais especializadas, os comportamentos de participação social revelam ser mais modernos (voluntária e provocada), do que aqueles ligados a uma maior diversificação do negócio agrícola.

5.1.5. Interpretação do índice geral de estratificação social.

O índice geral de estratificação social foi obtido pelo somatório dos índices das variáveis de estratificação social consideradas, e analisadas. Esse recurso permitiu testar a hipótese central da investigação, verificando consecutivamente a hipótese geral I.

Na tabela 5 observam-se distribuições dos tipos

de participação social segundo os estratos, formados com base nesse índice.

Tabela 5. Tipos de participação social e estratificação social.

Tipos de Participação Social	Estratificação Social - Estratos					
	Baixo		Alto		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Fato	23	67,6	11	32,4	34	100,0
Espontânea	4	66,7	2	33,3	6	100,0
Provocada	2	9,5	19	90,5	21	100,0
Voluntária	3	33,3	6	66,7	9	100,0
TOTAL	32	—	38	—	70	—

$\chi^2 = 19,29$ significativo ao nível de 0,001% para 3 graus de liberdade

C = 0,46

$\emptyset = 0,52$

Para verificar a relação existente formulou-se a hipótese nula, de que não existe associação entre tipos de participação social e estratificação. Pela aplicação do teste χ^2 aos resultados da tabela 5, obteve-se um valor igual a 19,29, significativo ao nível de 0,001% para 3 graus de liberdade (vide tabelas 25 e 26 no apêndice 1), que conduziu a rejeição da hipótese nula. O grau da relação medido pelos testes C com valor 0,46 e \emptyset com 0,52 indicam uma relação significativa, esses resultados confirmam a hipótese central.

Conclui-se que ao estrato alto corresponde pa-

drões de comportamento de participação social mais modernos e ao estrato baixo padrões mais tradicionais.

Das variáveis sócio-econômicas incluídas, apenas o grau de especialização da unidade produtiva não apresentou resultado do teste X^2 significativo ao nível de 0,05% devido às características do sistema social analisado, que apresenta acentuada diversificação na produção agropecuária. Não existem diferenças significativas entre grandes, médios e pequenos proprietários e inclusive parceiros e arrendatário quanto ao nível de especialização. Conclui-se, pois que o sistema social analisado é tipicamente de agricultura de subsistência, apesar da considerável participação no mercado apresentada. Das 70 unidades familiares da amostra, 24 (34,0%) não participam do mercado em termos de venda de produtos, incluindo-se nessas categorias os empregados temporários, fixos moradores e não moradores e alguns parceiros.

Esses resultados justificam a necessidade de se proceder à análise parcial para aprofundar o estudo e levantar elementos para a tomada de decisões quando se pretende intervir no sistema social.

Os dados da tabela 5 mostram a nítida predominância da participação de fato sobre os demais tipos dentro do sistema social que pode ser caracterizado como tradicional. Por outro lado mostra a tendência de predominarem os tipos de fato (67,6%) e espontânea (66,7%) no estrato baixo, e os tipos voluntário (66,7%) e provocada (90,5%) no estrato alto.

Conclui-se que a ação tradicional e afetiva se destacam no estrato baixo enquanto que a racional quanto a fins e valores se destacam no estrato alto, enquadrando-se na tipologia Weberiana. Procedendo da mesma maneira quanto à tipologia de GERMANI verifica-se que a ação prescrita sobrepõe a eletiva.

Interpretando esses resultados à luz da teoria da ação social, portanto, infere-se que as motivações e os marcos normativos se vinculam a instituições tradicionais, responsáveis mais pela manutenção de costumes, através de comportamentos codificados e determinados do que de mudança, através da avaliação crítica e racionalização, entre meios e fins que caracterizam a ação racional refletida nos comportamentos modernos.

5.2. Grau de participação social e estratificação social

Tomando-se o somatório dos escores das frequências à reuniões ou atividades em grupo classificaram-se as unidades em dois estratos segundo o grau de participação social, tendo como referência a média dos escores da amostra.

Estabeleceu-se as mesmas associações feitas quanto à primeira dimensão de participação social. Das variáveis incluídas, apenas a que se refere ao grau de participação no mercado apresentou resultado significativo na aplicação do teste χ^2 ao nível de 0,05%.

Consequentemente, conclui-se que o grau de participação social independe do controle da terra, da renda anual familiar em dinheiro, do nível de especialização da unidade produtiva, nas condições apresentadas no contexto analisado, conforme se pode observar nas tabelas: 6, 7, 8, 9 e 10.

Interpretando os resultados gerais dessas tabelas verifica-se uma concordância teórica entre o grau de participação social e o estrato social, de tal modo que no estrato baixo predomina um baixo grau de participação social e no alto um alto grau de participação social.

Em relação ao nível de especialização da unidade produtiva, a concordância teórica mostrou-se perfeita. Presupõe-se, portanto, que quanto maior a posição social do indivíduo, maior é seu grau de participação social. Essa hipótese deve ser testada verificando-se a relação de causa e efeito que não foi possível detectar nessa investigação.

5.2.1. Controle da terra

Os percentuais observados na tabela 6 mostram que 60% das unidades estudadas têm baixo grau de participação social, evidenciando que a estrutura de oportunidades é limitada para todas as categorias sociais (vide tabela 27 no apêndice 2).

Tabela 6. Grau de participação social e controle da terra.

Controle da Terra	Grau de Participação Social					
	Baixo		Alto		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sem controle	16	66,7	8	33,3	24	100,0
Baixo	12	63,0	7	37,0	19	100,0
Alto	14	52,0	13	48,0	27	100,0
TOTAL	42	(60,0)	28	(40,0)	70	(100,0)

$\chi^2 = 1,27$ não significativo ao nível de 0,05% para 2 graus de liberdade.

C = 0,13

$\emptyset = 0,14$

5.2.2. Renda anual familiar em dinheiro

Os dados com relação à tabela 7 refletem a mesma situação da variável precedente. O baixo grau de participação predominou nos 2 estratos, havendo uma expressiva parcela do estrato baixo apresentando alto grau de participação social.

Aos resultados da tabela 7 aplicou-se o teste χ^2 , cujo valor igual 0,59 para 1 grau de liberdade não foi significativo ao nível de 0,05% (vide tabela 28 no apêndice 2), indicando que não existe associação entre grau de participação social e renda anual familiar em dinheiro, confirmando-se a hipótese de nulidade. (vide tabela 28 no apêndice 2).

Tabela 7. Grau de participação social e renda anual familiar.

Estrato-Renda anual familiar em dinheiro	Grau de Participação Social					
	Baixo		Alto		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Baixo	32	45,7	19	27,1	51	72,9
Alto	10	14,3	9	12,9	19	27,1
TOTAL	42	60,0	28	40,0	70	100,0

$\chi^2 = 0,5900$ G1-1 não significativo ao nível de 0,05%
 $C = 0,09$
 $\emptyset = 0,09$

5.2.3. Grau de participação no mercado

Foi a única variável de estratificação social associada ao grau de participação social.

Na tabela 8 observa-se que a medida que aumenta o grau de participação no mercado aumenta o grau de participação social. Esse fator teve maior peso na distribuição das unidades nos estratos, apresentando diferença significativa em relação às outras variáveis.

Tabela 8. Grau de participação social e grau de participação no mercado.

Estrato-Grau de Participação no Mercado	Grau de Participação Social					
	Baixo		Alto		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Baixo	25	35,7	9	12,9	34	48,6
Alto	17	24,3	19	27,1	36	51,4
TOTAL	42	60,0	28	40,0	70	100,0

$\chi^2 = 5,042$ $C = 0,26$ $\emptyset = 0,26$ G1-1 significativo ao nível de 0,02 %.

O resultado do teste χ^2 aplicado às diferenças estatísticas da tabela 8, cujo valor foi igual a 5,04 para 1 grau de liberdade deu significativo ao nível de 0,02% (vide tabela 29 no apêndice 2). A hipótese de nulidade foi rejeitada, confirmando-se a hipótese alternativa que afirma haver relação entre grau de participação social e grau de participação no mercado.

5.2.4. Grau de especialização da unidade produtiva

Observa-se na tabela 9 que 30 unidades, ou seja 42,9% têm baixo grau de especialização na produção e que às mesmas corresponde um baixo grau de participação social.

Conclui-se que a participação social aumenta à medida que as unidades tendem a se especializarem ou concentrarem em menor número de linhas de explorações. Esse fato se deve provavelmente à motivação por novos conhecimentos.

O teste χ^2 aplicado aos resultados da tabela 9 com valor equivalente a 0,0001 não foi significativo ao nível de 0,05% para um grau de liberdade (vide tabela 30 no apêndice 2). Não houve diferenças estatísticas, supondo haver uma concordância teórica perfeita entre grau de participação social e grau de especialização da unidade produtiva. Depreende-se daí que às empresas com maior grau de especialização corresponde um maior grau de participação social. Entretanto, pelo resultado do teste χ^2 , C e \emptyset se rejeitou a hipótese nula.

Tabela 9. Grau de participação social e grau de especialização da unidade produtiva.

Grau de Especialização da Unidade Produtiva - Estratos	Grau de Participação Social					
	Baixo		Alto		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Baixo	18	25,7	12	17,1	30	42,9
Alto	24	34,3	16	22,9	40	57,1
TOTAL	42	60,0	28	40,0	70	100,0

$\chi^2 = 0,0001$ G1-3 não significativo ao nível de 0,05%
 C = 0,00
 Ø = 0,00

5.2.5. Interpretação do índice geral de estratificação social.

Pela aplicação do índice geral de estratificação social (Σ dos índices das variáveis do estudo) formaram-se 2 estratos alto e baixo correlacionando-os ao grau de participação social também considerado em alto e baixo. Observa-se na tabela 10 a tendência de predominar o baixo grau de participação social no estrato baixo, registrando-se menor diferença do alto grau de participação nos dois estratos.

Conclui-se, que não existe associação entre grau de participação social e estratificação, não tendo na presente investigação sido confirmada a hipótese II.

Esses resultados levam à confirmação dos resul-

tados parciais verificados em cada variável de que não existe associação entre estratificação social e grau de participação social no sistema social rural analisado.

Tabela 10. Grau de participação social e estratificação social.

Estratificação Social - - Estrato	Grau de Participação Social					
	Baixo		Alto		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Baixo	21	65,6	11	34,4	32	100,0
Alto	21	52,3	17	44,7	38	100,0
TOTAL	42	-	28	-	70	-

$\chi^2 = 0,78$ não significativo ao nível de 0,05% para 1 grau de liberdade
 $C = 0,10$
 $\emptyset = 0,10$

{vide tabela 31 no apêndice 2}

Conclui-se que a estrutura de oportunidades é limitada para todas categorias sociais. Levando-se em consideração o quadro institucional existente, constata-se que esse deva ser o alvo da atenção quando se pretende avaliar o grau de participação social na perspectiva do desenvolvimento, procurando ampliar e promover atividades em grupos, além da criação de associações.

Essa dimensão da participação social se vincula as oportunidades e motivação, geradas no processo participativo, segundo o nível de informações. Assim, as motivações no sistema em questão, ainda se formam pela influência

das instituições: familiar e religião que na organização social e dinâmica do sistema são responsáveis por normas e padrões tradicionais de comportamento. Sustenta essa hipótese os tipos predominantes de participação social identificados, onde o tipo de fato alcançou o percentual de 48,7% do total, enquanto que os 51,3% restantes se distribuíram pelos demais tipos: espontâneo 8,6%, provocado 30,0% e voluntário 12,9%.

5.3. Tipos e grau de participação social segundo as categorias sociais por idade, sexo e nível de escolaridade.

5.3.1. Idade

Observa-se que a participação de fato predomina na amostra com 61,4%, concentrando-se nos grupos de mais de 45 anos. Verifica-se a tendência crescente desse tipo, apesar do ligeiro declínio na faixa de 26 a 35 anos.

A participação espontânea se concentra nos grupos mais jovens, tendendo a cair, à medida que aumenta a idade, cedendo lugar aos tipos voluntária e provocada.

A voluntária se apresenta a partir dos 26 anos e mostra uma tendência a aumentar paralelamente à idade.

A provocada surge no grupo jovem de 10-25 anos refletindo que o trabalho de agentes externos, deixa descoberto a faixa de 26 a 35 anos, atingindo um ritmo crescente

Tabela 11. Tipos de participação social e idade.

Tipos de Participação Social	%	Grupos de Idade										Total	
		10 - 15		16 - 25		26 - 35		36 - 45		45			
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
Fato	61,6	11	10,4	23	21,7	16	15,1	20	18,8	36	34,0	106	100,0
Espontânea	6,4	3	27,2	3	27,2	3	27,2	1	9,2	1	9,2	11	100,0
Voluntária	12,2	0	00,0	0	00,0	2	9,5	11	52,4	8	38,1	21	100,0
Provocada	19,8	5	14,7	14	41,2	2	5,9	6	17,6	7	20,6	34	100,0
TOTAL	100,0	19	-	40	-	23	-	38	-	52	-	172	-

$\chi^2 = 32,60$ significativo ao nível de 0,01% para 12 graus de liberdade

C = 0,40

$\sigma = 0,43$

nas demais faixas etárias.

Inferre-se daí, que os comportamentos modernos, suscitados por agentes externos sofrem uma solução de continuidade. O hiato identificado evidencia que a assistência técnica atinge com maior intensidade os grupos mais jovens e os mais velhos. A faixa de 26-35 anos, fase da constitui-
ção e expansão da família, onde ocorrem os maiores encargos sociais e econômicos, representa um período de maiores riscos na tomada de decisões, os agricultores recorrem menos à assistência técnica por um lado, e pelo outro os filhos exigem maior presença dos pais.

Seria interessante pesquisar o processo da tomada de decisões segundo as idades e estágios de desenvolvi-
mento da família para identificar fatores que possam corroborar na explicação desse fato, levando-se em conta que essa faixa deva receber maior assistência, porque é nesta etapa que se acumulam as experiências e necessidades da famí-
lia, inclusive relacionadas ao processo de socialização da criança e adolescentes. Os pequenos agricultores surgem jus-
tamente nesta fase, quando os filhos recebem terras em ces-
são ou parceria para desenvolverem suas próprias explora-
ções.

Apesar do resultado significativo do teste χ^2 utilizado, não é possível aceitá-lo, pois estatisticamente não se aplica aos dados da tabela 11, (vide também tabela 32-
no apêndice 3).

Quanto ao grau de participação social e idade observa-se na tabela 12, pelos percentuais a predominância do baixo grau em todas as faixas etárias excetuando a faixa de 16 a 25 anos. Há tendência a aumentar o grau, à medida que aumenta a idade, declinando na faixa de 26 a 35 anos, onde se registrou menor ocorrência do tipo de participação provocada. Reclama, portanto, esta faixa maior atenção conforme revelam os dados.

Tabela 12. Grau de participação social e idade.

Grau de Participação Social	Grupos de Idade											
	10-15		16-25		26-35		36-45		45		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Baixo	13	7,6	15	8,7	12	7,0	21	12,2	33	19,2	94	54,7
Alto	6	3,5	25	14,5	11	6,4	17	9,9	19	11,1	78	45,4
TOTAL	19	11,1	40	23,3	23	13,4	38	22,1	52	30,2	172	100,0

$\chi^2 = 7,8927$ não significativo ao nível de 0,05% para
 $C = 0,31$ 4 graus de liberdade.
 $\phi = 0,33$

(vide tabela 33, apêndice 3).

O teste χ^2 com valor igual a 7,80 não foi significativo ao nível de 0,05% para 4 graus de liberdade. Dessa forma não se pode afirmar que existe associação entre grau de participação social e idade. Não se confirmou, portanto, a hipótese alternativa, (vide tabela 33, apêndice 3).

5.3.2. Sexo

Tabela 13. Tipos de participação social e sexo.

Tipos de Participação Social	Categorias Sociais por Sexo					
	Masculino		Feminino		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Fato	40	23,3	66	38,4	106	61,6
Espontânea	9	5,2	2	1,2	11	6,4
Voluntária	21	12,1	0	0,0	21	12,2
Provocada	19	11,1	15	8,7	34	19,8
TOTAL	89	51,7	83	48,3	172	100,0

$\chi^2 = 32,1324$ G1-3 significativo ao nível de 0,001%

C = 0,56

$\phi = 0,67$

Aplicando o teste χ^2 aos resultados das diferenças estatísticas da tabela 13 com valor igual a 32,13 mostrou-se significativo ao nível de 0,001%. (vide tabela 34, apêndice 3).

Os percentuais da tabela 13 demonstram que a participação de fato predomina entre as categorias de sexo feminino enquanto que a voluntária só aparece entre os de sexo masculino, revelando que a oportunidade para a mulher é bem mais limitada, e que existe uma estratificação por sexo.

A provocada se destaca no grupo feminino, refletindo a influência do trabalho social de Extensão Rural so-

bre esse grupo. De fato, na comunidade estudada a assistência mais intensa é do programa de bem-estar social. A espontânea se destaca também no grupo feminino e esse fato se prende ao círculo de relações sociais mais restrito, para a mulher, às vizinhanças.

Verifica-se nessas constatações que a mulher, mais do que o homem, mantém-se no nível das relações primárias ligadas aos grupos de parentesco e vizinhanças.

A associação entre grau de participação social e sexo não foi identificada nesta investigação pelos resultados da tabela 14, em que se observa o baixo grau de participação entre as duas categorias de sexo.

Tabela 14. Grau de participação social e sexo.

Sexo	Grau de Participação Social					
	Baixo		Alto		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Masculino	48	27,9	41	23,8	89	51,7
Feminino	46	26,7	37	21,5	83	48,3
TOTAL	94	54,7	78	48,3	172	100,0

$\chi^2 = 0,0385$ G1-1 não significativo a nível de 0,05%

C = 0,02

$\emptyset = 0,07$

A hipótese de nulidade não foi rejeitada pelo resultado do teste χ^2 cujo valor foi igual a 0,038 não signifi

cativo ao nível de 0,05% para 3 graus de liberdade. (vide tabela 34, apêndice 3). Não se confirmando a hipótese alternativa verifica-se que os 2 grupos são semelhantes e que não existe uma nítida estratificação por sexo quanto ao grau de participação social. Infere-se que a estrutura de oportunidades e motivação para atividades em grupos são limitadas para ambas as categorias de sexo.

5.3.3. Nível de escolaridade

Observa-se na tabela 15 que 23,3% são analfabetos, 49,4% tem baixa escolaridade e 27,3% tem alta escolaridade nas condições apresentadas no sistema social analisado.

Tabela 15. Tipos de participação social e escolaridade.

Tipos de Participação Social	Escolaridade							
	Analfabetos		Baixa		Alta		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Fato	32	30,0	53	50,0	21	20,0	106	100,0
Espontânea	2	18,2	6	54,5	3	27,3	11	100,0
Voluntária	3	14,3	15	71,4	3	14,3	21	100,0
Provocada	3	8,8	11	32,4	20	58,8	34	100,0
TOTAL	40	-	85	-	47	-	172	-

$\chi^2 = 26,05$ significativo ao nível de 0,001% para 6 graus
 C = 0,36 de liberdade.
 $\phi = 0,39$

Para testar a hipótese de nulidade que afirma não existir relação entre tipos de participação social e nível de escolaridade, aplicou-se às diferenças estatísticas, da tabela 15 o teste χ^2 . Pelo resultado, valor equivalente a 26,05 para 6 graus de liberdade, significativo ao nível de 0,001%, rejeitou-se a hipótese acima. Assim, confirma-se a hipótese alternativa. (vide tabela 37, apêndice 3).

Os resultados da tabela 15 mostram que a participação de fato predominou na categoria de baixa escolaridade indicando que a escolaridade constitui um dos fatores que explicam o comportamento do indivíduo.

A participação espontânea, por sua vez, mostrou-se mais característica na categoria de baixa escolaridade. A voluntária, no entanto, que poderia ser esperada de forma mais significativa na categoria de alta escolaridade revela justamente o contrário. Relacionando esse fato à variável idade, verificou-se que a participação voluntária se destacou nos grupos de idade acima de 36 anos. Observa-se assim, que o nível de escolaridade desses grupos é baixo. As razões podem ser encontradas na falta de oportunidade de escolas que oferecessem as 4 séries do 1º grau no meio rural, até bem pouco tempo, ou falta de recursos ou mesmo estímulo para completá-los fora. Atualmente o sistema teve ampliada a estrutura educacional e existe maior facilidade para estudar fora, além do interesse crescente para atingir maior nível educacional.

A participação provocada destacou-se na categoria de alta escolaridade, permitindo inferir que o trabalho de agentes externos atinge mais diretamente esses grupos. Reflete o trabalho com a juventude rural, ou revela a maior abertura desses grupos para aceitar novas idéias.

Concluiu-se que o nível de escolaridade contribui para explicar o tipo de participação, e que os comportamentos tradicionais por um lado são mais característicos de grupos de baixa escolaridade e os comportamentos modernos, por outro lado, são mais característicos de grupos com nível maior de escolaridade.

Associando o grau de participação social e nível de escolaridade, verificou-se que existe relação entre as duas variáveis.

Constata-se na tabela 16, que quanto mais baixo for o nível de escolaridade mais baixo é o grau de participação social do indivíduo. O grau de participação social tende a aumentar, à medida que aumenta o nível de escolaridade.

A hipótese de nulidade, quanto a associação entre grau de participação social e nível de escolaridade, foi rejeitada. Utilizou-se o teste χ^2 , aplicado às diferenças estatísticas da tabela 16, cujo resultado 28,90 foi significativo ao nível de 0,001% para 2 graus de liberdade (vide tabela 37, apêndice 3). Assim confirmou-se a hipótese alternativa. Conclui-se que o grau de participação social varia com o nível de escolaridade, aumentando um enquanto aumenta o outro.

Tabela 16. Grau de participação social e escolaridade.

Escolaridade	Grau de Participação Social					
	Baixo		Alto		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Analfabeto	33	82,5	7	17,5	40	100,0
Baixa	49	58,0	36	42,0	85	100,0
Alta	12	25,5	35	74,5	47	
TOTAL	94	-	78	-	172	

$$\chi^2 = 28,90$$

$$C = 0,38$$

$$\phi = 0,40$$

significativo ao nível de 0,001% para 2 graus de liberdade.

6. CONCLUSÕES E SUGESTÕES

1. Apresentaram-se como significativamente associadas aos tipos de participação social as seguintes características sócio-econômicas: controle da terra, renda anual familiar em dinheiro, grau de participação no mercado.

A característica nível de especialização foi a única que não se associou ao tipo de participação. Pressupõe-se que esse fato seja consequência do baixo grau de especialização das unidades produtivas do sistema que se caracteriza mais pela diversificação. Entretanto, os dados evidenciaram a tendência de predominar os tipos tradicionais de comportamento de participação no estrato baixo e os modernos no estrato alto.

2. O grau de participação social associou-se diretamente apenas ao grau de participação no mercado.

O estudo mostrou que o grau de participação social independe do controle da terra, da renda anual familiar

em dinheiro e do nível de especialização da unidade produtiva.

Essa situação revela ser a estrutura de oportunidades para atividades em grupo, limitada para todas as categorias sociais indistintamente, ou reflete certo individualismo, desinteresse pelo associativismo, desconhecimento ou falta de educação para participar.

3. Os tipos de participação social associaram-se à idade e sexo, porém ressalta-se que houve limitação para aplicação do teste X^2 (qui quadrado). Entretanto verificou-se que o tipo de fato predomina no sexo feminino, enquanto o tipo voluntário no masculino. O grau de participação social tende a crescer à medida que aumenta a idade em ambos os sexos.

Verificou-se que a faixa de 26-35 anos é a menos atingida pelos agentes externos, pelo baixo grau de participação provocada apresentada. Deduz-se daí que o trabalho de Extensão Rural atende mais diretamente a faixa jovem, através do trabalho com juventude e a faixa mais velha pela assistência técnica aos agricultores. Conclui-se que se deve repensar o programa para evitar o problema de solução de continuidade.

O nível de escolaridade mostrou-se associado às duas dimensões de participação social, evidenciando que é um fator considerável na determinação do comportamento do indivíduo. Conclui-se, que o papel desempenhado pela esco-

la é decisivo no processo de desenvolvimento rural. Assim, programas voltados para dinamizar a escola rural, melhorar a qualidade do ensino, treinamento e aperfeiçoamento de professores, incentivos aos pais e jovens devam ser estimulados e desenvolvidos no meio rural.

4. A conclusão geral é que os tipos de participação social dependem de fatores sócio-econômicos, enquanto que o seu grau depende mais da motivação e oportunidade para participar no curso da ação social.

O sistema social analisado é predominantemente tradicional, segundo os tipos de participação identificados. A diversificação da participação social entre os atores expressa a transição do sistema, onde coexistem participações tradicionais e modernas, prevalecendo ainda as primeiras sobre as segundas. Aproximadamente 60% das unidades estão no nível da relações primárias, face a face, interagindo, através da comunicação interpessoal.

A intervenção deverá levar em conta o quadro de informações em que os atores definem suas metas para ação participativa. É justamente através desse quadro que se formam as motivações. Portanto a ação externa, objetivando novos comportamentos, deve elaborar estratégias que ampliem as informações, criando novas opções, novas idéias, modificando e introduzindo novos padrões e valores.

Os resultados mostram que a ação intervencionista através de grupos e liderança é mais indicada para aumen

tar o grau de interação e ampliar a influência das novas idéias nas motivações.

O trabalho de comunidade constitui um valioso instrumento de mobilização e dinamização de um sistema como esse, para envolver as unidades de um modo geral e principalmente do estrato baixo. Permite também articular em programas, projetos específicos que atendam as necessidades e interesses das diversas categorias sociais, propiciando maiores oportunidades de participação social. Pode, dessa maneira, contribuir para superar a pobreza de organizações, partindo das estruturas simples para as complexas, através do processo educativo para participar.

No tocante à definição de conteúdo dos programas dois aspectos se apresentaram como relevantes: o nível tecnológico e nível de vida.

Na perspectiva do desenvolvimento de uma comunidade rural seria recomendado verificar o nível de tecnologia empregado em cada categoria e o nível de vida que devem ser incluídas em novos estudos. Para ampliar o conhecimento em termos de intervenção e planejamento da ação sugere-se desenvolver paralelamente dois outros estudos: o processo de tomada de decisões e o nível de aspirações segundo os estratos e categorias sociais que compõem o sistema social rural.

SUMMARY

We assume that the success of rural development programs is dependent upon the participation of rural populations and that this concern is expressed in governmental policies. Therefore, it is important to understand patterns of social participation in order to intervene effectively in rural communities.

Two dimensions of social participation were studied, that is, type and amount. The study was conducted in the district of Sta. Rita, in Caratinga, State of Minas Gerais, which has characteristics similar to those of typical rural communities in the State.

The study classified social participation to the social stratification of family units, and included all social categories found in the district: large-, medium size- and small-landowners, renters, sharecroppers, permanent and temporary workers. A set of socio-economic variables selected according to their importance

in the development of rural social systems was taken as a frame of reference.

An attempt was also made to determine whether age, sex and level of education are associated with different types and rates of social participation.

Primary data were collected and analyzed in tests of working hypotheses. Seventy family units and 172 individuals linked to them were interviewed. Family unit data were utilized to associate stratification variables with social participation. Data on the head of the household were used to type family social participation.

Forms of social participation were classified by a panel of judges. The degree of participation was measured according to rates of attendance at meetings or group activities.

The independent variables: land control, family annual income, degree of market participation and level of specialization of the production unit were each associated with type and degree of social participation. A summary index of stratification position was also built and associated with the two dependent variables. A level of significance of $p = 0.05\%$ was set as a limit for rejecting the null hypotheses and chi-square (X^2) tests were run for independence of variables in each contingency table. Finally, "C" and "G" tests of association were computed from the X^2 's.

8. LITERATURA CITADA

AMMANN, S.B., 1977. Participação social. São Paulo, Cortez & Moraes Ltda., 139p.

ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL, 1974. Levantamento da realidade rural. Caratyc. 35p.

BECKFORD, G.L., 1975. Estratégias para o desenvolvimento agrícola: resumo e comentários. Piracicaba, Departamento de Ciências Sociais Rurais. 20p.

BELTRÁNS, L.R., 1976. Alien premises, objects, and methods in latin american communication research. In: ROGERS; E.M . Communication and Innovations. Beverly Hills, SAGE. 15-42p.

BERTRAND, A.L., 1973. Sociologia rural: uma análise da vida rural contemporânea. Rio de Janeiro, USAID. 511p.

BLALOCK JR., H.M., 1966. Estatística Social. México, Fondo de Cultura Económica. 509p.

BOGUE, D.J., 1969. Principles of demographi. New York, John Wiley. 917p.

- BORDENAVE, J.O., 1976. Communication of agricultural innovations in latin america: the need for new models. In ROGERS E.M. Communication and development: critical perspectives. Beverly Hills, SAGE. 43-63p.
- BUCKEY, W., 1971. A sociologia e a moderna teoria dos sistemas. São Paulo, Cultrix Ed. da USP. 307p.
- COMITE INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA, 1966. Posse e uso da terra e desenvolvimento sócio-econômico do setor agrícola, Brasil. Washington, D.C., União Pan-Americana. 649p.
- DUVALL, E.M., 1962. Family development. Philadelphia, J.B. Lipincott. 532p.
- EMATER, M.G., 1976. Características da comunidade selecionada. Caratinga. Parte II.
- EMATER, M.G., 1976. Características gerais do município. Caratinga. Parte I.
- GERMANI, G., 1973. Política e sociedade numa época de transição. São Paulo, Ed. Mestre Jou. 309p.
- GOOD, W.J. & HATT, P.k., 1968. Métodos em pesquisa social. São Paulo, Ed. Nacional. 488p.
- HANSEN, D.O., 1973. Relação entre posse e uso da terra e status social nas áreas rurais da região colonial do sul do Brasil. Porto Alegre, Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas. 202p. (Estudos e trabalhos mimeografados, 23).
- HAVENS, A.E., 1965. Medición en sociologia: conceitos y métodos. Bogotá, Universidade Nacional de Colombia. 155p.
- HOEL, P.G., 1974. Estatística elementar. São Paulo, Fundo de Cultura. 311p.

- HOFFMAN, R. et alii, 1976. Administração da empresa agrícola. São Paulo, Pioneira. 323p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1970. Estudo de estatística teórica e aplicada, contribuições para o estudo da demografia no Brasil. Rio de Janeiro. 458p.
- LANDIM, J.R.M., 1972. Fatores sócio-econômicos e eficiência econômica da empresa rural de Piracicaba. Piracicaba. 107p (Mestrado - ESALQ).
- MACIVER, R.M. & PAGE, C.H., 1973. Comunidade e sociedade como níveis de organização da vida social. In: Comunidade e sociedade. São Paulo, Nacional Ed. USP. 117-31p.
- MEDINA, C.A., 1976. Participação e trabalho social: um manual de promoção humana. Petrópolis, Vozes. 99p.
- MEISTER, A., 1969. Participacion animacion et developpement. Paris, Anthropos. 382p.
- MEISTER, A., 1972. Vers une sociologie des associations. Paris, Ouvrieres. 220p.
- MOLINA FILHO, J., 1976. Classificação e caracterização sócio-econômica dos agricultores. In: Revista de economia rural. São Paulo, 14 (1) : 175-212.
- MOLINA FILHO, J. & MONTEIRO, M.A.A., 1976. Camponeses e empresários agrícolas. Científica, Jaboticabal, 4 (2):132-41
- MOORE, L.B., 1971. Los programas de desarrollo de la comunidad y la participación social. In: Boletín Internacional de Estudios Labrales, Ginebra, nº 8. 29p.
- PAIVA, M., 1968. O mecanismo de auto-controle no processo de expansão da melhoria técnica da agricultura. Revista brasileira de Economia. Rio de Janeiro, 22 (3) : 5-38.

- PARSONS, T., 1973. O conceito de sistema social. In: Homem e sociedade. São Paulo, Nacional. 47-74p.
- PETERSON, W., 1968. La poblacion un análisis actual. Madrid Tecnos. 578p.
- QUEIROZ, M.I.R., 1976. Do rural e do urbano no Brasil. In: SZMRECSANY, T. & QUEDA, O. Vida rural e mudança social. São Paulo, Nacional. 160-76p.
- REIS, A.M.B. dos, 1971. Integração do operário de origem rural na sociedade urbana industrial da grande Porto Alegre Porto Alegre. 173p. (Mestrado - UFRS/FCE/IEPE).
- RELATÓRIO anual de atividades, 1976 ACAR. Caratinga. 136p.
- RIOS, G.S.L., 1976. Cooperativas agrícolas no nordeste brasileiro e mudança social. Piracicaba. 187p. (mestrado ESALQ).
- ROGERS, E.M., 1976. Communication and development: the passing of the dominant paradigm. In: Communication and development critical perspectives. Beverly Hills, SAGE, 121-47p.
- ROGERS, E.M., 1976. New perspectives on communication and development: overview. In: Communication and development: critical perspectives. Beverly Hills, SAGE. 121-47p.
- ROGERS, E.M. & SHOMAKER, F.F., 1971. Communication of innovations: a cross-cultural approach. New York, Free. 476p.
- ROLING, N.G. et. alli., 1976. The diffusion of innovations and the issue of equity in rural development. In: ROGERS, E.M. Communication and development : critical perspectives. Beverly Hills, SAGE. 63-78p.
- SAYGLI, M.A., 1973. Caratinga. Caratinga, Caratinga, n° 1 dez.

- SHRADER, A. et. alli, 1974. Introdução a pesquisa social em pírica. Porto Alegre, Globo. 275p.
- STAVENHAGEN, R., 1974. Estratificação social e estrutura de classes. In: VELHO, O.G. et alli. Estrutura de classes e estratificação social. Rio de Janeiro, Zahar. 170p.
- STAVENHAGEN, R., 1970. Marginalidad, participación y estructura agraria en america latina. Boletin Instituto Internacional de Estudios Laborales. Genebra, nº 7. 64-103p.
- WEBER, M., 1974. Classe, status, partido. In: VELHO, O.G. et. alli. Estrutura de classes e estratificação social. Rio de Janeiro, Zahar. 61-83p.
- WEBER, M., 1964. Economia y Sociedad: esbozo de sociologia comprensiva. México, Fondo de Cultura Econômica. Vol. 1.
- WIENDL, L.T.B., 1970. Influência de fatores sócio-culturais no nível alimentar de famílias rurais do município de Piracicaba, estado de São Paulo. Piracicaba. 159p. (Doutorado - ESALQ).
- WILLEMS, E., 1969. Dicionário de sociologia. Porto Alegre, 255p.

A P Ê N D I C E 1

TABELAS DE FREQUÊNCIAS OBSERVADAS
E ESPERADAS REFERENTES AOS TESTES
 χ^2 NA VERIFICAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES
ENTRE TIPOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL.

Tabela 17. Frequências observadas e esperadas na relação entre tipos de participação social e controle da terra.

Tipos de participação social	Controle da terra						TOTAL
	sem controle		baixo controle		alto controle		
Fato	17	(11.65)	8	(9.22)	9	(13.11)	34
Espontânea	4	(2.05)	2	(1.62)	0	(2.31)	6
Provocada	2	(7.20)	8	(5.70)	11	(8.10)	21
Voluntária	1	(3.08)	1	(2.44)	7	(3.47)	9
TOTAL	24	-	19	-	27	-	70

$X^2 = 19.70$ significativo ao nível de 0.01% para 6 graus de liberdade.

C = 0.47

$\emptyset = 0.43$

Tabela 18. Frequências observadas e esperadas entre tipos de participação social - dados agrupados - e controle da terra.

Tipos de participação social agrupados	Controle da terra						TOTAL
	sem controle		baixo controle		alto controle		
Fato + espontânea	21	(13.7)	10	(10.84)	9	(15.42)	40
Provocada + Voluntária	3	(10.28)	9	(8.14)	18	(11.57)	30
TOTAL	24	-	19	-	27	-	70

$X^2 = 15.44$ significativo ao nível de 0.001% para 1 grau de liberdade.

C = 0.42

$\emptyset = 0.46$

Tabela 19. Frequências observadas e esperadas entre tipos de participação social e renda anual familiar em dinheiro.

Tipos de participação social	Renda anual familiar em Cr\$ - estratos				TOTAL
	Baixo		Alto		
Fato	30	(24.77)	4	(9.22)	34
Espontânea	5	(4.37)	1	(1.62)	6
Voluntária	9	(15.30)	12	(5.70)	21
Provocada	7	(6.55)	2	(2.44)	0
TOTAL	51	-	19	-	70

$X^2 = 14.06$ G1 3 significativo ao nível de 0.025%

C = 0.41

$\emptyset = 0.45$

Tabela 20. Frequências observadas e esperadas entre tipos de participação social - dados agrupados - e renda anual familiar em dinheiro.

Tipos de participação social agrupados	Renda anual familiar em Cr\$ - estratos				TOTAL
	Baixo		Alto		
Fato + Espontânea	35	(29.14)	5	(10.85)	40
Provocada + Voluntária	16	(21.85)	14	(8.14)	30
TOTAL	51	-	19	-	70

$X^2 = 10.12$ G1 1 significativo ao nível de 0.001%

C = 0.35

$\emptyset = 0.38$

Tabela 21. Frequências observadas e esperadas entre tipos de participação social e grau de participação no mercado.

Tipos de participação social	Grau de participação no mercado - estratos				TOTAL
	Baixo		Alto		
Fato	24	(16.51)	10	(17.48)	34
Espontânea	3	(2.91)	3	(3.08)	6
Voluntária	3	(10.20)	18	(10.80)	21
Provocada	4	(4.37)	5	(4.62)	9
TOTAL	34	-	36	-	70

$\chi^2 = 16.55$ G1 = 3 significativo ao nível de 0.001%

C = 0.44

$\emptyset = 0.49$

Tabela 22. Frequências observadas e esperadas entre tipos de participação social - dados agrupados - e grau de participação no mercado.

Tipos de participação social agrupados	Grau de participação no mercado - estratos				TOTAL
	Baixo		Alto		
Fato + Espontânea	27	(19.42)	13	(20.57)	40
Provocada + Voluntária	7	(14.57)	23	(15.52)	30
TOTAL	34	-	36	-	70

$\chi^2 = 13.39$ G1 = 1 significativo ao nível de 0.001%

C = 0.40

$\emptyset = 0.44$

Tabela 23. Frequências observadas e esperadas entre tipos de participação social e grau de especialização da unidade produtiva.

Tipos de participação social	Grau de especialização da unidade produtiva-Estratos				TOTAL
	Baixo		Alto		
Fato	17	(14.57)	17	(19.42)	34
Espontânea	3	(2.57)	3	(3.42)	6
Voluntária	8	(9.00)	13	(12.00)	21
Provocada	2	(3.85)	7	(5.14)	9
TOTAL	30	-	40	-	70

$$X^2 = 2.60$$

G1 = 3 Não significativo ao nível de 0,05%

$$C = 0.19$$

$$\emptyset = 0.19$$

Tabela 24. Frequência observadas e esperadas entre tipos de participação social - dados agrupados - e o grau de especialização da unidade produtiva.

Tipos de participação social agrupados	Grau de especialização da unidade produtiva-Estratos				TOTAL
	Baixo		Alto		
Fato + Espontânea	20	(17.14)	20	(22.85)	40
Provocada + Voluntária	10	(12.85)	20	(17.14)	30
TOTAL	30	-	40	-	70

$$X^2 = 1.94$$

G1 = 1 não significativo ao nível de 0,05%

$$C = 0.16$$

$$\emptyset = 0.16$$

Tabela 25. Frequências observadas e esperadas entre tipos de participação social e estratificação social.

Tipos de participação social	Estratificação social - Estratos				TOTAL
	Baixo		Alto		
Fato	23	(15.54)	11	(18.45)	34
Espontânea	4	(2.74)	2	(3.25)	6
Provocada	2	(9.60)	19	(11.40)	21
Voluntária	3	(4.11)	6	(4.88)	9
TOTAL	32	-	38	-	70

$X^2 = 19.29$ significativo ao nível de 0,001% para 3 graus de liberdade.

$C = 0.46$

$\emptyset = 0.52$

Tabela 26. Frequências observadas e esperadas entre tipos de participação social - dados agrupados - e estratificação social.

Tipos de participação social agrupados	Estratificação social - Estratos				TOTAL
	Baixo		Alto		
Fato + Espontânea	27	(18.28)	13	(21.70)	40
Provocada + Voluntária	5	(13.71)	25	(16.28)	30
TOTAL	32	-	38	-	70

$X^2 = 17.85$ $G1 = 1$ significativo ao nível de 0,001%

$C = 0.45$

$\emptyset = 0.50$

A P Ê N D I C E 2

TABELAS DE FREQUÊNCIAS OBSERVADAS
E ESPERADAS REFERENTES AOS TESTES
 χ^2 NA VERIFICAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES
ENTRE GRAU DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL.

Tabela 27. Relação entre grau de participação social e controle da terra.

Controle da Terra	Grau de Participação Social		
	Baixo	Alto	Total
Sem Controle	16 (14,40)	8 (9,60)	24
Baixo Controle	12 (11,40)	7 (7,60)	19
Alto Controle	14 (16,20)	13 (10,80)	27
TOTAL	42 -	28 -	70

$\chi^2 = 1,27$ não significativo ao nível de 0,05% para 2
 C = 0,13 graus de liberdade.
 $\emptyset = 0,14$

Tabela 28. Frequências observadas e esperadas entre grau de participação social e renda anual familiar em dinheiro.

Renda anual Familiar em Cr\$-Estratos	Grau de Participação Social		
	Baixo	Alto	Total
Baixo	32 (30,60)	15 (20,40)	51
Alto	10 (11,40)	9 (7,60)	19
TOTAL	42 -	28 -	70

$\chi^2 = 0,5900$ G1=1 Não significativo ao nível de 0,05%
 C = 0,09
 $\emptyset = 0,09$

Tabela 29. Frequências observadas e esperadas entre grau de participação social e grau de participação no mercado.

Grau de Participação Social	Estratos-Grau de Participação no Mercado		
	Baixo	Alto	Total
Baixo	25 (20,40)	9 (13,60)	34
Alto	17 (21,60)	19 (14,40)	36
TOTAL	42 -	28 -	70

$\chi^2 = 5,042$ G1-1 significativo ao nível de 0,02%.

C = 0,26

$\sigma = 0,26$

Tabela 30. Frequências observadas e esperadas entre grau de participação social e grau de especialização da unidade produtiva.

Grau de especialização da Unidade Produtiva - Estratos	Grau de Participação Social		
	Baixo	Alto	Total
Baixo	18 (18,0)	12 (12,0)	30
Alto	24 (24,0)	16 (16,0)	40
TOTAL	42 -	28 (57,1)	70

$\chi^2 = 0,0001$ G1-1 não significativo ao nível de 0,05%.

C = 0,00

$\sigma = 0,00$

Tabela 31. Relação entre grau de participação social e estratificação social.

Estratificação Social - Estrato	Grau de Participação Social		
	Baixo	Alto	Total
Baixo	21 (19,20)	11 (12,80)	32
Alto	21 (22,80)	17 (15,20)	38
TOTAL	42 -	28 -	70

$\chi^2 = 0,78$ não significativo ao nível de 0,05% para 1
 grau de liberdade.
 $C = 0,10$
 $\phi = 0,10$

A P Ê N D I C E 3

TABELAS DE FREQUÊNCIAS OBSERVADAS E ESPERADAS REFERENTES AOS TESTES χ^2 , APLICADAS PARA VERIFICAR AS ASSOCIAÇÕES ENTRE A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E IDADE, SEXO E NÍVEL DE ESCOLARIDADE.

Tabela 32. Frequências observadas e esperadas entre tipos de participação social e idade.

Tipos de Participação Social	Grupos de Idade					Total
	(1) 10-15	(2) 16-25	(3) 26-35	(4) 36-45	(5) >45	
Fato	11 (11,70)	23 (24,65)	16 (14,17)	20 (23,41)	36 (32,04)	106
Espontânea	3 (1,21)	3 (2,55)	3 (1,47)	1 (2,43)	1 (3,32)	11
Voluntária	0 (2,31)	0 (4,88)	2 (2,80)	11 (4,63)	8 (6,34)	21
Provocada	5 (3,75)	14 (7,90)	2 (4,54)	6 (7,51)	7 (10,27)	34
TOTAL	19	40	23	38	52	172

$\chi^2 = 32,60$ $G1=12$ significativo ao nível de 0,05%.

$C = 0,40$

$\emptyset = 0,43$

Tabela 33. Frequências observadas e esperadas entre grau de participação e idade.

Grau de Participação Social	Grupos de Idade					Total
	10-15	16-25	26-35	36-45	> 45	
Baixo	13 (10,38)	15 (21,86)	12 (12,56)	21 (20,76)	33 (28,41)	94
Alto	6 (8,61)	25 (18,13)	11 (10,43)	17 (17,23)	19 (23,58)	78
TOTAL	19	40	23	38	52	172

$\chi^2 = 7,8927$ $G1=4$ não significativo ao nível de 0,05%.

$C = 0,31$

$\emptyset = 0,32$

Tabela 34. Frequências observadas e esperadas entre tipos de participação social e sexo.

Tipos de Participação Social	Categorias Sociais por Sexo				Total
	Masculino		Feminino		
	O	E	O	E	
Fato	40	(54,84)	66	(51,15)	106
Espontânea	9	(5,69)	2	(5,30)	11
Voluntária	21	(10,86)	0	(10,13)	21
Provocada	19	(17,59)	15	(17,59)	34
TOTAL	89		83		172

$\chi^2 = 32,13$ G1 = 3 Significativo ao nível de 0,0001%.
 C = 0,56
 $\phi = 0,67$

Tabela 35. Frequências observadas e esperadas entre grau de participação social e sexo.

Grau de Participação Social	Categorias Sociais por Sexo		
	Masculino	Feminino	Total
Baixo	48 (48,63)	46 (45,36)	94
Alto	41 (40,36)	37 (37,63)	78
TOTAL	89	83	172

$\chi^2 = 0,0385$ G1=1 não significativo ao nível de 0,05%.
 C = 0,02
 $\phi = 0,07$

Tabela 36. Frequências observadas e esperadas entre grau de participação social e escolaridade.

Escolaridade	Grau de Participação Social		
	Baixo	Alto	Total
Analfabeto	33 (21,86)	7 (18,13)	40
Baixa	49 (46,45)	36 (38,54)	85
Alta	12 (25,68)	35 (21,31)	47
TOTAL	94 -	78 -	172

$\chi^2 = 28,90$ significativo ao nível de 0,001% para 2
 graus de liberdade.
 $C = 0,38$
 $\emptyset = 0,40$

Tabela 37. Frequências observadas e esperadas entre tipos de participação social e escolaridade.

Tipos de Participação Social	Escolaridade			Total
	Analfabeto	Baixa	Alta	
Fato	32 (24,65)	53 (52,38)	21 (28,96)	106
Espontânea	2 (2,55)	6 (5,43)	3 (3,90)	11
Provocada	3 (4,88)	15 (10,37)	3 (5,73)	21
Voluntária	3 (7,90)	11 (16,80)	20 (9,29)	34
TOTAL	40 -	85 -	47 -	172

$\chi^2 = 26,05$ significativo ao nível de 0,001% para 6
 graus de liberdade.
 $C = 0,36$
 $\emptyset = 0,39$

A P Ê N D I C E 4

QUESTIONÁRIO.

QUESTIONÁRIO

Nº _____

Pesquisadora: Therezinha de Lourdes Cunha

Entrevistadora: _____ Data: ____/____/____

Início: _____ Horas. Término: _____ Horas.

Município _____ Distrito _____ Localidade _____

I PARTE1. DADOS SOBRE O CASAL

Nome do esposo _____

Nome da esposa _____

Mora na propriedade Sim _____

Não _____

2. DADOS SOBRE A POSSE E USO DA TERRA2.1. Controle da terra

. Proprietário _____ área _____ ha

. Posseiro _____ área _____ ha

. Arrendatário _____ área _____ ha

. Parceiro _____ área _____ Regime _____

. Empregado _____ fixo morador _____ não morador _____

diarista _____

2.2. Mão-de-Obra utilizada na exploração

. Membros da família nº _____

. Parceiros (colonos) nº _____

. Empregados fixos: morador nº _____

não morador nº _____

. Empregados eventuais (diaristas) ... nº _____

- (nº de serviços no ano) _____

. Outros - especificar: _____

. Tipos de empregados (conforme as tarefas)

Fixos _____ Temporários _____

2.3. Mão-de-Obra empregada em outra propriedade - condição.

Membros da família que trabalham como:

. Parceiros nº _____

. Arrendatário nº _____

. Empregado fixo nº _____ Salário Cr\$ _____

. Empregado temporário nº _____

- Dias trabalhados no ano passado nº _____

- Salário/dia Cr\$ _____

4. DADOS SOBRE A PRODUÇÃO AGRÍCOLA E RENDA - 1976

4.1. Produção, distribuição e renda

4.1.1. Culturas

Atividade	Produto:	Unidade de Medida	PRODUÇÃO				DISTRIBUIÇÃO							
			Área Plant.	Quant. Produz.	Recebeida ou dada em parc.		CONSUME		VENDE					
					Família	Sementes	Animais	Quantidade	Preço unitário Cr\$	Preço total Cr\$	Para Quem			
TOTAL														

Calcular posteriormente: Total em Cr\$ _____ Culturas anuais
Total em Cr\$ _____ Culturas permanentes

4.1.2. Criações

Atividade de	Produto	Unidade de Medida	PRODUÇÃO			DISTRIBUIÇÃO			
			Área Utilizada	Total Produção	Recetivada em percentagem	Consumo da Familiar	VENDA		
							Quant.	Preço Unitário Cr\$	Preço Total Cr\$
TOTAL									

4.1.3. Outros Produtos

Produto	Quantidade Produzida	Unidade de Medida	DISTRIBUIÇÃO		
			VENDA		
			Quantidade	Preço Unit.	Preço Total
TOTAL					

* Códigos - Para Quem: 1, Intermediário 2, Indústria 3, Cooperativa 4, Proprietário 5.

d) Outras Rendas - especificar

Cr\$

Cr\$

4.2. Renda anual familiar

- a. Renda estimada - quanto acredita ter apurado em dinheiro no ano passado somente com a venda de produtos agrícolas.

Cr\$ _____

- b. Quadro resumo de renda anual calculado

ESPECIFICAÇÃO	VALOR EM Cr\$
Venda de produtos agrícolas:	
Culturas anuais	
Culturas permanentes	
Criações	
Outros produtos	
Outras rendas	
Renda obtida p/ trabalho agrícola fora da pro_priedade	
Renda obtida p/ trabalho não agrícola fora da proprie_dade	
TOTAL	

5. OUTRAS INFORMAÇÕES DADAS PELA PESSOA ENTREVISTADA _____

6. OBSERVAÇÕES DO ENTREVISTADOR: _____

1.2. Voce procurou outras pessoas para conversar ou tratar de assuntos de seu interesse nos últimos 3 meses? Sim _____
 Não _____

Quem voce procurou:	Assunto (motivo)	* Frequência
Parentes _____	_____	_____
Amigos _____	_____	_____
Conhecidos _____	_____	_____
Técnicos _____	_____	_____

1.3. Voce acha que participar de reuniões e grupos trouxe benefícios para sua família?
 Sim _____ Quais _____
 Não _____

2. ATIVIDADES COMUNITÁRIAS

2.1. Voce participou no ano passado de movimentos para melhorar a sua comunidade?
 Sim _____ Não _____

<u>Atividades</u>	<u>* Frequência</u>	<u>Responsável</u>	<u>Como Entrou</u>	<u>Com quem Participa</u>
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____

2.2. Visitou amigos ou vizinhos nos últimos 3 meses para trocar idéias sobre sua comunidade? Sim _____
 Não _____

Sobre o que voces trocaram idéias	* Frequência
Assunto _____	_____
_____	_____

2.3. Voce acha que deu resultado?
 _____ Sim Quais _____

 _____ Não

3. OUTRAS ATIVIDADES

3.1. Que atividades especiais voce participou nos últimos 3 meses e que atividades pretende realizar nos próximos 3 meses.

Atividade	Realizada	Nº de vezes	Planejada
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____

3.2. O que voce costuma fazer nos domingos ou durante as suas folgas?

